

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - salas 801/802 Bl. B
69050-010 - Manaus, AM - Brasil
Caixa Postal 3751

Telefone 55 (92) 2123-2350
Fax 55 (92) 2123-2367
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em atendimento à liminar concedida pela Justiça Federal em 27 de fevereiro de 2009, que afastou os efeitos da Resolução 303/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ofício 235/2010 da ANEEL de 24 de março de 2010, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a reversão do passivo correspondente ao valor do ICMS que havia sido reembolsado pela CCC-ISOL nos anos de 2004 a 2008, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 1.100.499 mil. Entretanto, trata-se de decisão em primeira instância e, dessa forma, não foram atingidos ainda os requisitos necessários para justificar a reversão da referida obrigação. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante e o passivo a descoberto estão apresentados a menor em R\$ 1.100.499 mil, assim como, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está apresentado a menor em R\$ 39.009 mil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Créditos a receber da Conta de Compensação de Combustíveis - CCC

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, pelo fato da Companhia possuir, em 31 de dezembro 2014, créditos a receber da CCC no montante de R\$ 2.381.093 mil, sendo que a realização deste saldo depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos da União Federal, controladora final da Companhia. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas nestes montantes.

Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia tem apurado prejuízos continuamente em suas operações e apresenta em 31 de dezembro de 2014 prejuízos acumulados no montante de R\$ 6.627.299 mil, patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.019.381 mil, prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 342.734 mil, e fluxo de caixa negativo no montante de R\$ 22.050 mil. Adicionalmente, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, não houve a decisão final do poder concedente sobre a aprovação quanto ao pedido de prorrogação da concessão, cujo vencimento será em julho de 2015. Essas condições, juntamente com a dependência financeira de sua controladora, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado


Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as companhias fechadas que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

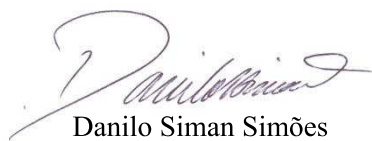
1. Os valores correspondentes, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2013 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012) e 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 3.27, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 16 de abril de 2015 com modificação relacionada ao mesmo assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” deste relatório. O referido relatório também contém parágrafo de ênfase sobre continuidade operacional, tal como mencionado acima.

Manaus, 16 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM



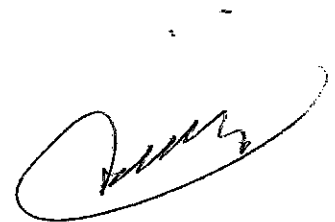
Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9



Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2014

1. BALANÇOS PATRIMONIAIS
2. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
6. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
7. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
8. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL





Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013 (Reapresentado (Nota 3.27))	01.01.2013 (Reapresentado (Nota 3.27))
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	62.606	84.656	390.677
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	5	131.715	-	-
Clientes	6	436.063	372.341	335.655
Tributos e contribuições sociais	7	27.099	34.063	31.789
Cauções e depósitos judiciais	23	12.315	-	-
Direito de ressarcimento	9	2.523.243	10.195.291	6.348.222
Estoque	8	103.542	141.381	77.318
Ativos regulatórios - OCPC 08	10	89.882	-	-
Outros	11	579.971	152.906	102.208
		3.966.436	10.980.638	7.285.869
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Clientes	6	78.774	53.619	51.317
Tributos e contribuições sociais	7	2.100.973	1.749.861	1.450.703
Cauções e depósitos judiciais	23	338.333	270.213	190.062
Direito de ressarcimento	9	2.959.326	-	-
Ativo financeiro - concessões de serviço público	13	3.024.112	3.039.230	2.138.126
Outros	11	9.072	9.071	9.077
		8.510.590	5.121.994	3.839.285
Investimentos	12	12.938	7.678	7.670
Intangível	14	620.842	121.613	629.606
Imobilizado	15	1.376.407	1.466.706	1.498.120
		2.010.187	1.595.997	2.135.396
TOTAL DO ATIVO		14.487.213	17.698.629	13.260.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)
 (continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013 (Reapresentado (Nota 3.27))	01.01.2013 (Reapresentado (Nota 3.27))
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	17	2.439.763	4.841.004	2.937.920
Obrigação de ressarcimento	9	-	7.783.701	5.328.423
Financiamentos e empréstimos	18	646.856	472.434	270.381
Arrendamento mercantil	19	74.507	67.165	60.548
Tributos e contribuições sociais	20	52.290	63.227	47.250
Encargos setoriais		3.072	-	6.352
Obrigações estimadas	21	58.707	48.028	40.130
Benefício pós emprego		-	1.022	-
Passivos regulatórios - OCPC 08	10	292	-	-
Outros	22	124.500	848.812	540.103
		3.399.987	14.125.393	9.231.107
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	17	7.326.768	599.631	-
Financiamentos e empréstimos	18	1.517.563	715.349	758.962
Arrendamento mercantil	19	1.252.153	1.326.661	1.393.825
Obrigações estimadas	21	-	4.849	-
Benefício pós emprego		1.321	1.362	11.562
Provisões para causas judiciais	23	341.313	273.615	298.218
Obrigação de ressarcimento	9	2.208.959	2.009.423	1.591.287
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	277.687
Concessões a pagar	24	-	295.259	279.392
Outros	22	458.530	23.890	21.159
		13.106.607	5.250.039	4.632.092
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>				
Capital social	26	4.610.171	4.610.171	4.330.917
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.253)	(2.409)	(13.498)
Prejuízos acumulados		(6.627.299)	(6.284.565)	(4.920.068)
		(2.019.381)	(1.676.803)	(602.649)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		14.487.213	17.698.629	13.260.550

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31.12.2014	31.12.2013 (Reapresentado (Nota 3.28))
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	3.610.036	2.711.484
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	28	(1.336.890)	(406.444)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.336.890)	(406.444)
Custo de Operação		(1.333.327)	(1.172.565)
Pessoal, material e serviços de terceiros	29	(448.564)	(473.350)
Depreciação e amortização		(268.655)	(154.218)
Utilização de recursos hídricos		(7.197)	(6.363)
Combustível para produção de energia elétrica		(4.354.645)	(3.751.983)
Recuperação de despesas - CCC		4.165.664	3.611.563
Outros	30	(419.930)	(398.214)
Custo de construção		(389.912)	(988.576)
LUCRO BRUTO		549.907	143.899
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	31	320.676	(850.283)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		870.583	(706.384)
RESULTADO FINANCEIRO	32	(1.218.442)	(658.113)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(347.859)	(1.364.497)
RESULTADO INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12	5.125	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(342.734)	(1.364.497)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO		
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)		
DESCRIÇÃO	2014	2013 (Reapresentado (Nota 3.27))
Prejuízo do exercício	(342.734)	(1.364.497)
Ganho atuarial com benefícios pós emprego	156	11.089
Total do resultado abrangente do exercício	(342.578)	(1.353.408)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras
Amazonas Energia
CNPJ: 02.341.467/0001-20

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	Outros resultados abrangentes	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 01 de dezembro de 2013 (Reapresentado Nota 3.27)	<u>4.330.917</u>	<u>(13.498)</u>	<u>(4.920.068)</u>	<u>(602.649)</u>
Resultado abrangente - Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	-	11.089	-	11.089
Integralização de Capital	279.254	-	-	279.254
Prejuízo do exercício	-	-	(1.364.497)	(1.364.497)
Em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado Nota 3.27)	<u>4.610.171</u>	<u>(2.409)</u>	<u>(6.284.565)</u>	<u>(1.676.803)</u>
Resultado abrangente - Ganho atuarial com benefícios pós-emprego	-	156	-	156
Prejuízo do período	-	-	(342.734)	(342.734)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>4.610.171</u>	<u>(2.253)</u>	<u>(6.627.299)</u>	<u>(2.019.381)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras
 Amazonas Energia
 CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	Notas	2014	2013 (Reapresentado (Nota 3.27))
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(342.734)	(1.364.497)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações			
Depreciação e amortização		281.560	165.091
Encargos financeiros	32	232.547	95.275
Varição monetária e cambial líquida	32	(925)	(1.308)
Acréscimo moratório sobre energia vendida	32	(42.334)	(66.219)
Atualização monetária do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	1.567
Atualização monetária da sellc		8.289	11.810
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(59.629)	(35.335)
Baixa de depósitos judiciais		43.682	12.255
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	32	279.717	269.033
AVP - Avaliação atuarial		(536)	891
Resultado da Equivalência Patrimonial		(5.125)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.1	(4.293)	39.427
Constituição de provisão para causas judiciais	31.2	(7.421)	(22.407)
Baixa de ativo financeiro concessão	13	21.870	66.316
Baixa de ativo intangível		5.489	58.981
Baixa de ativo imobilizado	15	-	3.412
Baixa de investimento		-	2
Valor Novo de Reposição - VNR	13	(374.581)	500.198
Provisão para perdas em estoque		9.812	-
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de créditos tributários (Impairment)	31.3	(83.148)	(92.528)
Provisão (reversão) para perda de créditos tributários		8.645	-
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	31.3	(300.306)	(167.653)
		(329.521)	(525.689)
Variações no Ativo Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários		(131.715)	-
Clientes		(17.095)	(9.894)
Estoque		28.027	(64.063)
Tributos e contribuições sociais		6.964	(2.274)
Direito de ressarcimento		7.672.048	(3.847.069)
Ativos regulatórios - OCPC 08		(89.882)	-
Outros		(426.140)	(49.390)
		7.042.207	(3.972.690)
Variações no Ativo Não Circulante			
Clientes		(25.155)	(2.302)
Tributos e contribuições sociais		(276.609)	(206.630)
Direito de ressarcimento		(2.959.326)	-
Outros		(1)	6
		(3.261.091)	(208.926)
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		(2.401.241)	1.903.084
Obrigação de ressarcimento		(7.783.701)	2.455.278
Arrendamento mercantil		7.342	6.617
Tributos e contribuições sociais		(10.937)	15.977
Encargos setoriais		3.072	(6.352)
Obrigações estimadas		10.679	7.898
Benefício pós emprego		(1.022)	1.022
Passivos Regulatórios - OCPC 08		292	-
Outros		(724.312)	308.709
		(10.899.628)	4.692.233
Variações no Passivo Não Circulante			
Fornecedores		6.727.137	599.631
Obrigação de ressarcimento		191.247	406.326
Arrendamento mercantil		(354.225)	(336.197)
Provisões para causas judiciais		75.119	(2.196)
Obrigações estimadas		(4.849)	4.849
Benefício pós emprego		751	-
Obrigações especiais - ativo financeiro concessão		84.316	75.791
Obrigações especiais - ativo intangível		144	2.432
Outros		434.640	2.731
		7.154.280	753.367
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
Pagamento de encargos financeiros		(173.409)	(93.525)
Depósitos judiciais		(64.488)	(57.071)
		(237.897)	(150.596)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(531.850)	587.699
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de investimentos em participações societárias		-	(10)
Outros Investimentos		(136)	-
Aquisição de Ativo financeiro - concessão		(385.457)	(956.994)
Aquisição de ativo Imobilizado		(8.158)	(47.636)
Aquisição de ativo intangível		(12.128)	(14.920)
Aquisição de ativo intangível - concessão		(1.819)	(30.850)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(407.698)	(1.050.410)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimento de recursos destinados a aumento de capital		-	-
Empréstimos e financiamentos obtidos		1.462.326	329.924
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(544.828)	(173.234)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		917.498	156.690
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(22.050)	(306.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		84.656	390.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		62.606	84.656

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Eletrobras
Amazonas Energia
CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2014	2013 (Reapresentado (Nota 3.27))
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		4.298.478	3.255.180
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	27	4.296.699	3.250.780
Outras Receitas		1.779	4.400
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(1.650.158)	(2.270.356)
Custo da energia elétrica comprada		(1.336.890)	(406.444)
Serviços de terceiros		(248.606)	(249.808)
Material		(37.435)	(38.837)
Combustíveis p/ produção de energia elétrica		(4.354.645)	(3.751.983)
Recuperação de Despesa - CCC		4.165.664	3.611.563
Custo de construção		(389.912)	(988.576)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	31.3	300.306	(110.297)
(Provisão) Reversão para redução ao valor recuperável de créditos tributários (impairment)	31.3	-	92.528
(Provisão) Reversão para perda de créditos tributários		74.503	-
Provisão para perdas em estoque		(9.812)	-
Valor Novo de Reposição - BRR		374.581	(500.198)
Outros		(187.912)	71.696
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.648.320	984.824
RETENÇÕES		(327.504)	(365.377)
Depreciação e amortização		(281.560)	(165.091)
Provisões/Reversão de provisões		(45.944)	(200.286)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		2.320.816	619.447
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		291.191	127.990
Receitas financeiras	32	291.191	127.990
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		2.612.007	747.437
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		272.775	296.545
Governos (Impostos e contribuições)		738.879	592.725
Contribuições Sociais INSS e FGTS		83.636	79.545
ICMS	27	306.691	301.315
ISS	27	196	291
COFINS e PIS/PASEP	27	348.356	211.574
Financiadores		1.911.667	1.196.548
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	32	1.504.507	786.103
Aluguéis		407.160	410.445
Encargos setoriais	27	31.420	26.116
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(342.734)	(1.364.497)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		2.612.007	747.437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – (“Amazonas Energia” ou “Companhia”) é uma companhia de capital fechado, de direito privado, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha – Manaus – Amazonas.

A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW) e complementa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes e adicionalmente, foram adquiridos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, por meio de leilões o montante de 2.589 MW (2013:1.421 MW). Com a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – (CEAM) pela Amazonas Energia o parque gerador foi acrescido de 97 (noventa e sete) usinas térmicas isoladas próprias e mais 3 (três) usinas supridas por terceiros. A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE supre o município de Guajará. O município de Itacoatiara, apesar de possuir parque térmico próprio, completa sua necessidade comprando energia da Hermasa Navegação da Amazônia S.A. (Autoprodutor) e BK Energia Itacoatiara Ltda. (Produtor Independente). Esse complexo é composto, quase todo, por usinas térmicas.

A Amazonas Energia com o intuito de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mantém contrato com diversas Companhias, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral.

A partir do exercício de 2011, as usinas dos Produtores Independentes – PIEs passaram a utilizar o gás natural do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e a Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS. Os gastos com a conversão das usinas dos PIEs para operação bicombustível estão previstos em cláusula contratual e, neste caso, a Companhia não possui nenhuma obrigação.

A Companhia detém a concessão para geração e distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Amazonas junto a ANEEL, mediante o Contratos de Concessão nº 01/2010 (Geração) e nº 020/2001 (Distribuição)-ANEEL, e quatro termos aditivos celebrados, respectivamente, em 17 de outubro de 2005, 04 de novembro de 2008, 08 de junho de 2010 e 10 de dezembro de 2014, com vigência até 7 de julho de 2015 (Distribuição), 6 de julho de 2020 (Usinas Aparecida, Mauá e Electron) e 01 de março de 2027 (Balbina). Em 19 de junho de 2012, a Companhia protocolou o pedido de renovação da concessão de distribuição junto à ANEEL, objetivando a prorrogação do contrato de concessão, pelo prazo previsto em Lei que venha a disciplinar a matéria. Com a edição da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 e o disposto no § 2º do Art. 2º de Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 que regulamenta a Medida Provisória, as Companhias detentoras de Concessões de energia Elétricas, podem solicitar a renovação,



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

mediante atendimento das diretrizes determinadas na mesma. Neste sentido a Companhia, através da CTA-PR 215/2012, de 24 de setembro de 2012 ratificou o seu interesse quanto à prorrogação do seu Contrato de Concessão nº 020/2001, manifestando a concordância integral com os termos exigidos.

A Amazonas Energia passou pelo Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária no ano de 2013. Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, a Base de Remuneração Regulatória - BRR, o novo patamar de reconhecimento das perdas regulatórias e as novas metas de atendimento aos indicadores de qualidade. Para o 4º Ciclo a ANEEL está em fase de definição da metodologia, que foi discutida ao longo do exercício de 2014, principalmente, por meio da Audiência Pública 023. A Amazonas Energia passará pelo 4º Ciclo somente em 2017, e, até lá, a ANEEL terá publicado a metodologia definitiva.

Em 2015 será realizada a desverticalização da Companhia. Neste estudo está sendo considerada a transferência das atividades de geração para uma nova sociedade a ser criada no âmbito do Sistema Eletrobras. (vide nota 39).

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes

NOTA 1.1 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos não circulantes sobre ativos não circulantes no encerramento do período no montante de R\$ 4.596.017, prejuízo acumulado no montante de R\$ 6.627.299 e passivo a descoberto no montante de R\$ 2.019.381 necessitando assim de recursos de longo prazo para fazer frente à sua dívida de curto prazo. A administração adotou medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento, além de envidar esforços no sentido de melhorar a eficiência no fornecimento de energia elétrica com a criação de grupo de trabalho. A Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos com a holding Eletrobras para cobertura de déficit operacional, e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1).

**NOTA 2 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA
ELÉTRICA**

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Concessões Autorizações	Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)	Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º. de março de 2007	01.03.2027	277,5	250,0
UTE Aparecida	Bloco 1 A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06.07.2020	161,5	120,0
	Bloco 2		121,0	80,0
UTE Mauá	Bloco 1 A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, estabelece que as outorgas de autorização da UTE Mauá e da UTE Aparecida vigorarão pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Portaria nº 156, de 06 de julho de 1990.	06.07.2020	149,5	132,0
	Bloco 2 - Desativado		0,0	0,0
	Bloco 3		110,0	110,0
	Bloco 4		171,5	157,5
	Bloco 5		93,0	77,6
	Bloco 6		166,1	153,4
	Bloco 7		48,0	38,4
UTE Electron	A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.244, de 16 de julho de 2013, transferiu a outorga da UTE Electron da Eletronorte para a Amazonas Distribuidora de Energia S/A	06.07.2020	121,1	60,0
Reagrupamento com 61 municípios para distribuir Energia Elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio.	Resolução ANEEL n.º 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995. Portaria n.º 35, de 20.02.2001 MME Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1.º anuí à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos. Ofício nº 1.573 - SCG/ANEEL, de 01.12.2011	07.07.2015	439,0	344,0
Distribuição Município de Manaus	Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e os seus Aditivos, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07.07.2015	-	-
UTE FLORES	Despacho ANEEL nº 3.209, de 25.08.2009, autoriza a Manaus Energia a alterar a capacidade instalada da UTE Flores	07.07.2015	124,7	94,6
UTE Cidade Nova	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	29,7	22,8
UTE Iranduba **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	66,6	54,7
UTE Distrito **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	51,3	42,8
UTE São José	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	73,4	60,9
Total			2.203,9	1.798,7

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Amazonas Energia detém a concessão, com vencimentos em 07 de julho de 2015 e 01 de março de 2027, respectivamente, para distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Amazonas, atendendo a 100% dos consumidores da sua área de concessão. A Companhia não atende consumidores livres no Estado, por não estar totalmente interligada ao SIN.

No quadro a seguir está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015

2.1. Prorrogação das concessões de distribuição

Em 15 de outubro de 2012, a Amazonas Distribuidora de Energia, cujas concessão vencerá em 2015, teve o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fez no prazo estabelecido. Até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras não foram regulamentados os critérios de prorrogação desse contrato pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para a distribuidora que manifestou o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as atuais condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2015.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

3.2 Clientes

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 6).

3.2.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela (Nota 6.c).

3.3 Estoque

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 8).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.4 Investimentos

Os investimentos que não se destinam ao objetivo da concessão estão registrados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 12).

3.5 Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (Nota 13).

Parte da infraestrutura referente ao segmento de distribuição de energia, não aplicável à geração, classificada como ativo financeiro sendo remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa de energia dos consumidores.

3.6 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (Nota 15).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada.

Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01 (R1)- Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade fim da Companhia, incluindo-se também neste grupo as operações com arrendamento mercantil. Demais ativos vinculados a concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Intangíveis.

3.7 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 644, de 02 de dezembro de 2010, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 14).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.8 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 16).

3.9 Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos Circulantes e Não Circulantes.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 19).

3.10 Cauções e Depósitos Judiciais

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.11 Financiamentos e Empréstimos

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias ou cambiais e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota 18).

3.12 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.13 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 32).

3.14 Provisões para Causas Judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 23).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.15 Conversão de Saldos Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (R\$ - Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.16 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 33).

3.17.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

- 1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- (a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- (b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- (c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- (d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

- (a) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

- (b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de Parcela A e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

- (d) Ativos financeiros disponíveis para venda



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

- 1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,
- 2) Investimentos mantidos até o vencimento, ou
- 3) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

3.17.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.17 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor.

b) Receita de construção

A Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) A atividade fim da Companhia é a geração e distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a geração e distribuição de energia elétrica.
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, o valor da totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é considerado também, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada e aplicável a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

A receita financeira decorrente da remuneração do investimento do ativo financeiro indenizável da concessão é obtida pela aplicação do percentual do denominado WACC regulatório sobre o total do faturamento de energia, reconhecida como receita operacional, em linha com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC 05.

3.18 Benefício Pós - Emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.19.1. Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.19 Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda – IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.20 Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.21 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as Companhias distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida – ROL, sendo 0,5% em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 0,5% em programas de Eficiência Energética (Nota 22.b).

3.22 Compromissos com o Meio Ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC – 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.23 Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta Subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes do fundo CCC. Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente a parte dos custos de geração pago por conta da CCC (Nota 9).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.24 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, e, portanto, consideradas críticas, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor em uso e o saldo contábil. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

c) Ativo financeiro - concessões de serviço público

A Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, as quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual contábil) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Para fins de determinação do valor a ser ressarcido, foi adotada a premissa de que o valor residual contábil dos bens serão reembolsados pelo critério do Valor Novo de Reposição - VNR.

d) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores e considerando, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela.

e) Vida útil dos bens e taxas de depreciação utilizadas

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

f) Obrigações Atuariais

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente são realizados por consultoria especializada contratada pela Companhia, a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes – IBRACON.

3.25 Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidencição destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte – Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, conseqüentemente, sua aplicação será prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber e obrigações foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiro em contrapartida ao resultado do exercício (Receitas Operacionais) (Notas 10 e 27).

3.26 Novos Pronunciamentos Contábeis

3.26.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Os pronunciamentos técnicos e interpretações que foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

IFRIC 21 – Taxas - A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre.

IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – as modificações do pronunciamento esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.26.2 Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2014 e sua adoção obrigatória deverá ser feita para os próximos exercícios sociais:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção antecipada da norma não é permitida no Brasil.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e USGAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações da Companhia:

- IFRS 14 – Contas Regulatórias de Diferimento;
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização – Alterações da IAS 16 e IAS 38.

Os novos e/ou alterações dos pronunciamentos técnicos IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27, IAS 28 e IFRIC 20 não são aplicáveis neste momento para a Companhia, visto que a mesma não possui atualmente operações que se enquadrem nos mesmos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.27 Reapresentação das Cifras Comparativas

A Administração da Companhia efetuou uma correção no cálculo do ajuste a valor presente dos arrendamentos mercantis financeiros relacionados aos ativos dos produtores independentes de energia, que possuem contrato de fornecimento de energia com a Amazonas Energia, e identificou incorreções a serem corrigidas de forma retrospectiva, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Assim, as cifras referentes aos exercícios findos em 31



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas.

Os efeitos dos ajustes no exercício de 2013 estão demonstrados a seguir:

Balanco Patrimonial:

ATIVO	31.12.2013			01.01.2013		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
<u>CIRCULANTE</u>						
Caixa e equivalente de caixa	84.656	-	84.656	390.677	-	390.677
Clientes	372.341	-	372.341	335.655	-	335.655
Tributos e contribuições sociais	34.063	-	34.063	31.789	-	31.789
Direito de ressarcimento	10.195.291	-	10.195.291	6.348.222	-	6.348.222
Estoque	141.381	-	141.381	77.318	-	77.318
Ativos regulatórios - OCPC 08	-	-	-	-	-	-
Outros	152.906	-	152.906	102.208	-	102.208
	10.980.638	-	10.980.638	7.285.869	-	7.285.869
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Clientes	53.619	-	53.619	51.317	-	51.317
Tributos e contribuições sociais	1.749.861	-	1.749.861	1.450.703	-	1.450.703
Cauções e depósitos judiciais	270.213	-	270.213	190.062	-	190.062
Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.039.230	-	3.039.230	2.138.126	-	2.138.126
Outros	9.071	-	9.071	9.077	-	9.077
	5.121.994	-	5.121.994	3.839.285	-	3.839.285
Investimentos	7.678	-	7.678	7.670	-	7.670
Intangível	121.613	-	121.613	629.606	-	629.606
Imobilizado	1.257.715	208.991	1.466.706	1.278.105	220.015	1.498.120
	1.387.006	208.991	1.595.997	1.915.381	220.015	2.135.396
TOTAL DO ATIVO	17.489.638	208.991	17.698.629	13.040.535	220.015	13.260.550



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	31.12.2013			01.01.2013		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
CIRCULANTE						
Fornecedores	4.841.004	-	4.841.004	2.937.920	-	2.937.920
Obrigação de ressarcimento	7.783.701	-	7.783.701	5.328.423	-	5.328.423
Financiamentos e empréstimos	472.434	-	472.434	270.381	-	270.381
Arrendamento mercantil	181.596	(114.431)	67.165	162.929	(102.381)	60.548
Tributos e contribuições sociais	63.227	-	63.227	47.250	-	47.250
Encargos setoriais	-	-	-	6.352	-	6.352
Obrigações estimadas	48.028	-	48.028	40.130	-	40.130
Benefício pós emprego	1.022	-	1.022	-	-	-
Passivos regulatórios - OCPC 08	-	-	-	-	-	-
Outros	848.812	-	848.812	540.103	-	540.103
	14.239.824	(114.431)	14.125.393	9.333.488	(102.381)	9.231.107
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	599.631	-	599.631	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	715.349	-	715.349	758.962	-	758.962
Arrendamento mercantil	1.891.628	(564.967)	1.326.661	1.860.104	(466.279)	1.393.825
Obrigações estimadas	4.849	-	4.849	-	-	-
Benefício pós emprego	1.362	-	1.362	11.562	-	11.562
Provisões para causas judiciais	273.615	-	273.615	298.218	-	298.218
Obrigação de ressarcimento	2.009.423	-	2.009.423	1.591.287	-	1.591.287
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	277.687	-	277.687
Concessões a pagar	295.259	-	295.259	279.392	-	279.392
Outros	23.890	-	23.890	21.159	-	21.159
	5.815.006	(564.967)	5.250.039	5.098.371	(466.279)	4.632.092
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)						
Capital social	4.610.171	-	4.610.171	4.330.917	-	4.330.917
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.409)	-	(2.409)	(13.498)	-	(13.498)
Prejuízos acumulados	(7.172.954)	888.389	(6.284.565)	(5.708.743)	788.675	(4.920.068)
	(2.565.192)	888.389	(1.676.803)	(1.391.324)	788.675	(602.649)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	17.489.638	208.991	17.698.629	13.040.535	220.015	13.260.550



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração do Resultado do Exercício:

DESCRIÇÃO	31.12.2013 Originalmente Apresentado	Ajustes	31.12.2013 Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.711.484	-	2.711.484
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	(406.444)	-	(406.444)
Energia elétrica comprada para revenda	(406.444)		(406.444)
Custo de Operação	(1.161.541)	(11.024)	(1.172.565)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(473.350)	-	(473.350)
Depreciação e amortização	(143.194)	(11.024)	(154.218)
Utilização de recursos hídricos	(6.363)	-	(6.363)
Combustível para produção de energia elétrica	(3.751.983)	-	(3.751.983)
Recuperação de despesas - CCC	3.611.563	-	3.611.563
Outros	(398.214)	-	(398.214)
Custo de construção	(988.576)	-	(988.576)
LUCRO BRUTO	154.923	(11.024)	143.899
DESPESAS OPERACIONAIS	(850.283)	-	(850.283)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(695.360)	(11.024)	(706.384)
RESULTADO FINANCEIRO	(768.851)	110.738	(658.113)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.464.211)	99.714	(1.364.497)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.464.211)	99.714	(1.364.497)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração do Fluxo de Caixa:

DESCRIÇÃO	2013 Originalmente Apresentado	Ajustes	2013 Reapresentado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício	(1.464.211)	99.714	(1.364.497)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações			
Depreciação e amortização	154.067	11.024	165.091
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	379.771	(110.738)	269.033
Outros Ajustes não afetados	404.684		404.684
	(525.689)	-	(525.689)
(Acréscimos) decréscimos nos ativos / passivos operacionais	1.263.984		1.263.984
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	(150.596)		(150.596)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	587.699	-	587.699
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.050.410)		(1.050.410)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	156.690		156.690
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(306.021)		(306.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	390.677		390.677
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84.656		84.656



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Demonstração do Valor Adicionado:

DESCRIÇÃO	2013 Originalmente Apresentado	Ajustes	2013 Reapresentado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.255.180		3.255.180
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.270.356)		(2.270.356)
VALOR ADICIONADO BRUTO	984.824	0	984.824
RETENÇÕES	(354.353)	(11.024)	(365.377)
Depreciação e amortização	(154.067)	(11.024)	(165.091)
Provisões/Reversão de provisões	(200.286)		(200.286)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	630.471	(11.024)	619.447
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	127.990	0	127.990
Receitas financeiras	127.990		127.990
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	758.461	(11.024)	747.437
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho	296.545		296.545
Governos (Impostos e contribuições)	592.725	0	592.725
Financiadores	1.307.286	(110.738)	1.196.548
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	896.841	(110.738)	786.103
Aluguéis	410.445		410.445
Encargos setoriais	26.116		26.116
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.464.211)	99.714	(1.364.497)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	758.461	(11.024)	747.437



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Caixa	2	2
Contas Bancárias à Vista	62.466	48.599
Fundos de Caixa	43	27
Numerário em Trânsito	95	9
Aplicações no Mercado Aberto	-	36.019
Total	62.606	84.656

As Aplicações no Mercado Aberto foram reclassificadas para a rubrica de Títulos e Valores Mobiliários em dezembro/14.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

A Companhia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado "Extra-Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. Em 2014 o saldo é de R\$ 131.715.

NOTA 6 – CLIENTES

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014			31.12.2013			
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS	CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL	CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL
CONSUMIDORES							
. Residencial	111.549	59.972	15.856	187.377	-	163.866	-
. Industrial	53.335	3.249	13.401	69.985	-	100.467	-
. Comercial	81.559	17.696	8.984	108.239	-	92.858	-
. Rural	3.160	1.633	676	5.469	-	5.445	-
. Poder Público							
. Federal	6.605	2.554	602	9.761	-	8.143	-
. Estadual	15.966	8.038	2.840	26.844	-	15.071	-
. Municipal	6.706	1.281	11.890	19.877	-	26.196	-
. Iluminação Pública	3.447	32	1.016	4.495	-	6.512	-
. Serviço Público	6.278	1.111	19.582	26.971	-	34.653	-
. Outros créditos	-	4	1	5	-	4	-
Subtotal	288.605	95.570	74.848	459.023	-	453.215	-
(-) PCLD (c)	(7.840)	(6.100)	(74.804)	(88.744)	-	(147.491)	-
Subtotal	280.765	89.470	44	370.279	-	305.724	-
PARCELAMENTOS (b)							
. Residencial	24.285	3.493	4.016	31.794	17.296	31.972	16.574
. Industrial	2.946	230	4.731	7.907	4.664	12.189	6.862
. Comercial	26.781	1.428	3.271	31.480	26.188	19.783	35.189
. Rural	538	102	187	827	191	1.208	336
. Poder Público*							
. Federal	108	21	12	141	1.320	771	3.001
. Estadual	540	160	2	702	6.637	711	2.766
. Municipal	2.517	94	139	2.750	30.900	4.686	18.239
. Iluminação Pública	91	-	-	91	-	-	-
. Serviço Público	1.117	71	75	1.263	3.634	4.696	3.495
Subtotal	58.923	5.599	12.433	76.955	90.830	76.016	86.462
(-) PCLD (c)	(3.976)	(184)	(7.011)	(11.171)	(12.056)	(9.399)	(32.843)
Subtotal	54.947	5.415	5.422	65.784	78.774	66.617	53.619
Total	335.712	94.885	5.466	436.063	78.774	372.341	53.619

b) Parcelamentos

Representa os valores resultantes das operações de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente e o valor negociado é excluído da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD, após o pagamento da terceira parcela.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia.

• Parcelamentos:

i) A Administração entende que o consumidor que procura repactuar a sua dívida já está inserido na PCLD, após a celebração do parcelamento total sem garantia real, a reversão do débito deverá ser feita de forma gradativa até o pagamento da terceira parcela, assim, no recebimento da quarta parcela, ocorrerá a reversão do montante ainda registrado na PCLD. Havendo o não cumprimento do parcelamento, o débito vencido e a vencer voltará a compor a PCLD.

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

CLASSE	31.12.2014	31.12.2013
CONSUMIDORES		
. Residencial	(17.025)	(16.980)
. Comercial	(13.144)	(12.912)
. Industrial	(16.399)	(55.690)
. Poder Público	(20.233)	(23.189)
. Serviço Público	(20.140)	(31.051)
. Rural	(787)	(1.594)
. Iluminação Pública	(1.016)	(1.392)
. Parcelamentos	(23.227)	(42.242)
. Outros Devedores	-	(4.683)
Total	(111.971)	(189.733)

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	189.733	245.174
Adições	55.360	52.914
Reversão (a)	(59.653)	(13.487)
Baixas (b)	(73.142)	(94.333)
Recuperação de faturas baixadas anteriormente para perdas	(327)	(535)
Saldo final	111.971	189.733

a) Refere-se aos valores de provisões constituídos em períodos anteriores e revertidos no período atual. Do montante de R\$ 59.653, as principais reversões referem-se a:

- i) R\$ 36.375 refere-se à reversão do cliente industrial Procter & Gamble, cujo processo judicial foi transitado em julgado com decisão favorável à Amazonas Energia;
- ii) Adimplemento das quartas parcelas de parcelamentos efetuados, especialmente dos clientes Hotel Tropical (R\$ 12.638) e Prefeitura de Ipixuna (R\$ 6.775).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) Refere-se aos valores baixados como perda definitiva, pois não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

ATIVOS FISCAIS CORRENTES	31.12.2014	31.12.2013
<u>CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar	-	8.645
PIS/PASEP/COFINS a recuperar (a)	84.679	24.400
ICMS a recuperar	125.704	-
Outros	1.057	1.018
(-) Provisão - tributos estaduais e federais (b)	(184.341)	-
Total	27.099	34.063
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	6.960	5.862
CSLL a Recuperar	2.405	1.887
PIS/PASEP/COFINS a recuperar (a)	168.810	240.851
ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 (c)	1.551.943	1.449.361
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	-	35.400
Ajuste a Valor Presente	(1.556)	(1.556)
(-) Provisão - tributos estaduais e federais (b)	-	(267.490)
PIS/COFINS sobre insumos CCC - (a)	372.411	285.546
Total	2.100.973	1.749.861

a) Os créditos registrados nessa rubrica no montante de R\$ 84.679 (circulante) e R\$ 168.810 (não circulante) decorrem do regime de apuração não cumulativa, na atividade de geração e distribuição de energia elétrica, envolvendo gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica, créditos dos insumos utilizados na produção e da compra de energia elétrica de produtor independente de energia. Tais créditos vão ser compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Companhia procedeu à apuração e acumulação dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS. A redução nesta rubrica, no Ativo Não Circulante, ocorreu em virtude da baixa de R\$ 58.638 de créditos em dezembro/14.

Em novembro de 2013 foi publicada a Resolução 597 que alterou os dispositivos da Lei nº 12.111 com previsão para que, além do ICMS, a CCC passaria a



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

conceder o reembolso do PIS/PASEP e COFINS conforme art. 9º. Desta forma os valores de PIS e COFINS contemplam a somatória das contas PIS/COFINS s/insumo CCC e PIS/PASEP/COFINS a recuperar.

Os Créditos da rubrica PIS/ COFINS sobre insumo CCC montante de R\$ 372.411 (não circulante) refere-se ao direito de reembolso dos créditos não compensados relativos ao período de agosto/09 a dezembro/14. Vale ressaltar que, igualmente aos créditos de ICMS – CCC – ISOL, para o PIS/COFINS também foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante.

- b) Os valores são relativos a tributos Estaduais (ICMS) e Federais (PIS/COFINS) provisionados em virtude da análise de realização dos saldos.
- c) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Portanto, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09. Entretanto, a referida Lei, cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado. Dessa forma, foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante, cujo montante é de R\$ 1.551.943 (vide Nota Explicativa 9.1 – Conta de Consumo de Combustíveis – CCC). O aumento do ICMS deve-se ao fato do acúmulo de créditos nesta rubrica, tendo em vista que os mesmos serão compensados em períodos futuros.

NOTA 8 – ESTOQUE

No quadro abaixo está apresentada a composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Almoxarifado	756	4.095
Material em Poder de Terceiros	870	855
Combustível - CCC	112.948	132.529
Adiantamentos a Fornecedores	3.902	3.902
Provisão para perda em estoque	(14.934)	-
Total	103.542	141.381

Os estoques estão registrados pelo custo médio, de aquisição, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização dos estoques, obsolescência de produtos ou perdas de inventários físicos.

NOTA 9 – DIREITO E OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

A Companhia detém direitos e obrigações junto à CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DIREITO DE RESSARCIMENTO

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (9.1)	2.523.243	10.195.291
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (9.1)	2.959.326	-
Total AC e ANC	5.482.569	10.195.291

OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENT

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
PASSIVO CIRCULANTE		
CCC (9.1)	-	7.783.701
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Tributos	2.208.959	2.009.423
Total PC e PNC	2.208.959	9.793.124

9.1 – CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
DIREITOS		
Saldo anterior	10.195.291	6.348.222
Custo com combustíveis	4.624.980	4.097.089
Compra de energia elétrica	530.685	498.219
Custo de geração própria	993.735	1.008.352
Reembolso sobre Combustível - Res. 347/09	-	(25.148)
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (e)	86.865	285.546
(-) Valor recebido da CCC - ISOL	(1.422.021)	(2.621.011)
(-) Adiantamentos liquidados (a)	(7.783.701)	-
Adiantamentos recebidos	-	2.477.905
(+) Atualização monetária (b)	137.886	
(-) ICMS recuperado	(377.776)	(295.977)
(-) Custo do ACR	(1.503.375)	(1.577.906)
Total (AC + ANC)	5.482.569	10.195.291
OBRIGAÇÕES		
Saldo Anterior	9.793.124	6.919.710
PIS/PASEP pago pela CCC (c)	1.799	2.565
COFINS pago pela CCC (c)	8.289	11.810
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (d)	102.582	118.215
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (e)	86.865	285.546
Adiantamentos recebidos	-	2.455.278
(-) Adiantamentos liquidados (a)	(7.783.701)	-
Total (PC e PNC)	2.208.958	9.793.124



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Conta de Consumo de Combustíveis – CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

Ressalta-se que a referida Lei traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o SIN, a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

Com o advento do leilão de interligação com o SIN, a Companhia foi autorizada pela Portaria nº 083/2008 do Ministério de Minas e Energia – MME, a adquirir energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR.

O custo total de geração nos sistemas isolados (mesmo depois da interligação, em relação aos contratos de energia então existentes) será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do ACR /SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Desse modo, o consumidor local paga tarifariamente o custo médio do ACR/SIN, até o montante regulatório de energia. Por sua vez, a CCC reembolsará o valor que exceder o custo médio do ACR/SIN até o limite do custo total de geração expressamente definido na Lei/Decreto.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL e a gestão dos recursos da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento do exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético – EPE e leva para homologação da ANEEL o valor do rateio para os agentes envolvidos no processo.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos sistemas isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

a) **Adiantamentos liquidados**

A fim de proporcionar a repactuação de dívidas junto à BR Distribuidora e à Petrobras (vide Nota 17) houve a identificação por parte do Fundo CCC e ANEEL dos valores devidos às empresas do Sistema Isolado da Eletrobras. Devido esse fato, a Companhia realizou a compensação do montante de R\$ 7.783.116 anteriormente apresentado como CCC de Sistemas Isolados no passivo circulante, com o respectivo direito apresentado como CCC de Sistemas Isolados no ativo circulante, esse reconhecimento ensejou a identificação e liquidação dos adiantamentos perante os direitos ora registrados.

b) **Atualização monetária**

A partir da publicação da Lei nº 12.783/2013 o Fundo CDE passou a ter a responsabilidade de suprir com recursos o Fundo CCC, tendo esses recursos como origem o Tesouro Nacional. Em face desses aportes não terem ocorrido mensalmente, o Fundo CDE não transferiu da forma esperada os montantes previstos, fazendo com que o Fundo CCC não conseguisse honrar seus compromissos tempestivamente. Sendo o subsídio CCC parte considerável para formação do caixa da Companhia, ao não recebê-lo tempestivamente, esta não conseguiu honrar diversos compromissos assumidos destacando-se àqueles relacionados à compra de combustíveis, item principal do custo, tendo em vista a geração térmica dos sistemas isolados.

Neste contexto, o Fundo CCC passou a não liberar adequadamente os seus valores de reembolso a partir da referência agosto/2013, refletindo em reconhecimento de encargos moratórios e atualizações sobre os valores a pagar dos compromissos assumidos, com fornecedores de insumos para a geração, causando-se um desequilíbrio econômico-financeiro para a Companhia.

Após tratativas com o Gestor do Fundo CCC, com o MME e com a ANEEL, estabeleceu-se que 45 dias após o mês de referência, seria a data possível para se esperar a liberação do subsídio, estabelecendo-se dessa forma a data limite para o recebimento do reembolso, que passou a ser corrigido com base na SELIC, caso haja descumprimento do estabelecido, ou seja, repasse do subsídio após transcorridos 45 dias do mês referência.

Definindo-se como fator de atualização a Taxa SELIC, o valor de R\$ 137.886 foi agregado a quantia ainda não liberada. O período atualizado corresponde de agosto/2013 até setembro/2014, atualizados até 31/12/2014.

c) **Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis por Conta da CCC**



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os valores de PIS/PASEP e COFINS, estão sendo apurados de acordo com o Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

- Apuração do Passivo a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo.
- Forma da Atualização e restituição – orientando que o Passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

d) **Ressarcimento CCC – ISOL – Lei nº 12.111/2009**

Refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009.

e) **Reembolso PIS/COFINS - CCC – ISOL – Lei nº 12.111/2009**

Estes valores são apurados considerando a Resolução Normativa ANEEL nº 597, de 17 de dezembro de 2013, a qual em seu art. 1º altera o Art.9º da Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 22 de fevereiro de 2011.

NOTA 10 – ATIVOS E PASSIVOS SETORIAIS – OCPC 08

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Nota Técnica - NT da ANEEL nº 280/2014-SFF/SCT/SRE traz a indicação da necessidade de aditar os Contratos de Concessão das distribuidoras, conforme registro que consta da NT, reproduzido a seguir: *"Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária."*



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados. No caso da Companhia foi o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, assinado em 10 de dezembro de 2014, processo nº 48500.005603/2014-05, e publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

Os ativos e passivos setoriais foram reconhecidos conforme o Comunicado Técnico CTG 08, de 05 de dezembro de 2014, do Conselho Federal de Contabilidade. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

DESCRIÇÃO	31.12.2014	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Parcela A - CVA (a)		
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	4.704	-
Programa de Incentivo a Fontes		
Alternativas de Energia - PROINFA	27.123	-
Energia Elétrica	56.892	-
CCC	-	58
Subtotal	88.719	58
Outros Itens Financeiros (b)		
Garantias Financeiras na Contratação		
Regulada de EE (CCEAR)	1.163	-
Programa Luz para Todos - PLPT	-	-
Implantação do MCPSE	-	-
Subsídio, Reversão e Previsão - Baixa		
Renda	-	-
Penalidade por Descumprimento de Meta		
de Universalização	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	234
Subtotal	1.163	234
Total - Parcela A e Outros Itens Financeiros	89.882	292

Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de Parcela A e outros itens financeiros apresentaram a movimentação no exercício de 2014 conforme abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	Ativo Circulante				Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Atualização	Amortização	
Parcela A - CVA					
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	-	5.289	160	(745)	4.704
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	31.517	1.705	(6.099)	27.123
Energia Elétrica	-	56.923	2.430	(2.461)	56.892
Subtotal	-	93.729	4.295	(9.305)	88.719
Outros Itens Financeiros					
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	-	1.395	-	(232)	1.163
Subtotal	-	1.395	-	(232)	1.163
Saldo final	-	95.124	4.295	(9.537)	89.882

DESCRIÇÃO	Passivo Circulante			Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Amortização	
Parcela A - CVA				
CCC	-	69	(11)	58
Subtotal	-	69	(11)	58
Outros Itens Financeiros				
Neutralidade da Parcela A	-	281	(47)	234
Subtotal	-	281	(47)	234
Saldo final	-	350	(58)	292

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2014, quanto os montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

no próximo reajuste tarifário (novembro de 2015). O cálculo da estimativa é feito da seguinte forma:

i) CVA Energia - é levado em consideração os custos incorridos na contratação da energia fornecida pelos PIEs e na geração próprias das usinas da pertencentes à Companhia. Os registros dos valores desembolsados pela Amazonas Energia são realizados de acordo com a competência do mês em que a energia foi fornecida. Após a conclusão dos registros, é realizada a consolidação do delta e da sua respectiva correção da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Vale ressaltar que esta consolidação é feita de acordo com o que prevê as regras definidas pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

ii) CVA ESS - Os Encargos do Serviço de Sistema - ESS subsidiam a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Dentre esses custos leva-se em consideração os custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrições de transmissão dentro de cada submercado, bem como a reserva de potência operativa, em MW, disponibilizada pelos geradores para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma e tantos outros custos incorridos que não gerarão benefícios futuros. Os valores de ESS são extraídos do relatório de Liquidação Financeira SUM001, no seu item Total de Encargos Consolidados, o qual tem o relatório ENC002 como correspondente. Assim como a CVA Energia, a CVA ESS também é consolidada e apresentada a ANEEL de acordo com a regras definidas pelo próprio Órgão Regulador

b) Outros itens financeiros

b.1) Neutralidade dos Encargos Setoriais

Em conformidade com o disposto na Subcláusula Décima Oitava da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, atualizadas pela taxa SELIC. No reajuste tarifário de 2014 esse valor resultou em R\$ 281, conforme descrito na Nota Técnica nº 365/2014-SRE/ANEEL, de 20/10/2014.

b.2) Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)

Foram reconhecidos os pagamentos efetuados pela Companhia no período de setembro de 2013 a agosto de 2014. Os pagamentos atualizados pela IPCA resultaram em R\$ 1.395 concedidos no reajuste tarifário de 2014, conforme descrito na Nota Técnica nº 365/2014-SRE/ANEEL, de 20/10/2014.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	7.324	-	5.407	-
Arrendamentos e Aluguéis	9.073	-	5.939	-
Adiantamento a Fornecedores	13.741	-	8.548	-
Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE*	138.155	-	-	-
Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso (a)	42.478	-	51.658	-
Desativações em Curso	1.422	-	1.078	-
Outros Devedores	2.967	9.072	3.930	9.071
Serviços pedidos	347	-	185	-
CDE - Equilíbrio da Redução de Tarifa**	146.653	-	20.822	-
Concessionários e Permissionários***	210.068	-	30.502	-
Despesas pagas antecipadamente	7.969	-	4.975	-
Materiais Destinados à alienações	1.068	-	21.156	-
(-) PCLD sobre outros créditos	(1.294)	-	(1.294)	-
Total	579.971	9.072	152.906	9.071

*Refere-se ao encargo de liquidação no Mercado de Curto Prazo (inadimplência) por conta da dificuldade das distribuidoras em aportar os valores da liquidação. O valor da inadimplência é rateado para todos os agentes da CCEE. No caso da Amazonas Energia os valores são recebidos no mês seguinte, pelo fato da Companhia encontrar-se adimplente.

**O montante de R\$ 146.653 (R\$ 20.822 em 2013), refere-se ao registro de valores a receber de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro 2013, no artigo 9º, que estabelece que seja fixado o reembolso a ser repassado pela Eletrobras à Amazonas Energia, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição. Os valores são recebidos até o dia dez do mês subsequente ao da competência.

***O valor de R\$ 210.068 (R\$ 30.502 em 2013) é decorrente do direito a receber que a Companhia teve na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP.

a) Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Diversos dispêndios a reembolsar	625	571
Dispêndios a reembolsar em curso	10.346	6.812
Alienações em curso	109	1.277
Serviços em curso	31.398	42.998
Total	42.478	51.658

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados, conforme demonstrado abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Terrenos	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129
Máquinas e equipamentos	136	-
Participações societárias permanentes	11.012	5.888
Total	12.938	7.678

No quadro abaixo está contemplado o detalhamento do total da rubrica:

<u>INVESTIMENTOS</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
a) Custo de aquisição	16	5.888
Outras	6	6
Amazonas Energia - G&T	10	10
Eletronorte	-	5.872
b) Equivalência Patrimonial	10.997	-
Eletronorte	5.872	-
Equivalência Patrimonial	5.125	-
c) Outros	1.925	1.790
Terrenos	1.661	1.661
Edificações	129	129
Máquinas e Equipamentos	135	-
Total	12.938	7.678

NOTA 13 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2014								
Descrição	Saldo em 31.12.2013	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS*	BAIXA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	IMPAIRMENT	VNR	Saldo em 31.12.2014
Geração	1.931.993	79.333	(339.490)	(21.736)	1.417	(99.151)	40.304	1.592.670
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	1.050.497	-	(277.936)	(21.736)	1.417	(72.503)	40.304	720.043
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	881.496	79.333	(61.554)	-	-	(26.648)	-	872.627
Distribuição	1.107.237	306.123	(231.746)	(133)	(84.316)	-	334.277	1.431.442
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	293.913	-	(275.437)	(133)	-	-	334.277	352.620
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	813.324	306.123	43.691	-	(84.316)	-	-	1.078.822
Total	3.039.230	385.456	(571.236)	(21.869)	(82.899)	(99.151)	374.581	3.024.112

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 15 - Imobilizado

A Amazonas Energia celebrou contrato (Ordem de Compra nº 95.541/2015), para prestação de serviço de consultoria, com vistas a realizar unitizações de obras nos moldes da Resolução ANEEL nº 367/2009 e adequação do Relatório de Controle Patrimonial - RCP para atender requisitos das Resoluções ANEEL nº 396/2010 de 23/02/2010 e 367 de 26/06/2009. Portanto, do total de R\$ 1.078.822 do Ativo Financeiro em Curso da Distribuição, serão unitizados, em 2015, R\$ 894.687.

31.12.2013							
Descrição	Saldo em 31.12.2012	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS*	BAIXA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	Valor Novo de Reposição - VNR	Saldo em 31.12.2013
Geração	839.528	542.010	388.201	(24.137)	(2.504)	188.895	1.931.993
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	452.336	-	433.402	(24.137)	-	188.895	1.050.496
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	387.192	542.010	(45.201)	-	(2.504)	-	881.497
Distribuição	1.298.598	414.984	198.215	(42.179)	(73.288)	(689.093)	1.107.237
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	465.511	-	559.673	(42.179)	-	(689.093)	293.912
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	833.087	414.984	(361.458)	-	(73.288)	-	813.325
Total	2.138.126	956.994	586.416	(66.316)	(75.792)	(500.198)	3.039.230

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 20/2001, de 21 de março de 2001, e o de nº 001/2010, de 22 de junho de 2010, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. O preço da tarifa da geração é repassado para a distribuição mediante o valor do ACR.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

Adicionalmente, a Companhia fez o cálculo do VNR para o exercício de 2014, gerando um montante negativo de R\$ 119.041, contrário ao valor apresentado em 2013 que foi negativo em R\$ 493.622, assim, afetou o resultado da Companhia de forma positiva no exercício em curso a quantia de R\$ 374.581 (Vide Nota 31.3) conforme apresentado no quadro de mutações do Ativo Financeiro.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia passou no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo). Durante esse processo foram revistos todos os custos da concessionária, inclusive a Base de Remuneração Regulatória – BRR. A ANEEL, ainda, por meio do despacho nº 3.150, de 16 de setembro de 2013 e nota técnica nº. 470/2013 – SER/ANEEL de 23/10/2013, respectivamente, declarou o valor total da Base de Remuneração – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para a Companhia da Distribuição. Vale ressaltar também que a Companhia recebeu o Termo de Notificação da ANEEL nº 0079/2013 – SFF, o qual se encontra discriminado a BRR da geração e transmissão.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica Outros), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Intangível - Concessão	557.701	66.596
Outros	63.141	55.017
Total	620.842	121.613

Abaixo está demonstrada a abertura dos valores do grupo Intangível, em Serviço e em Curso:

DESCRIÇÃO	31.12.2014			31.12.2013	
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	1.115.199	(587.777)	(100.463)	426.959	4.884
Outros	38.769	(23.118)	-	15.651	19.702
Subtotal	1.153.968	(610.895)	(100.463)	442.610	24.586
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	165.697	-	(34.955)	130.742	61.713
Outros	47.490	-	-	47.490	35.314
Subtotal	213.187	-	(34.955)	178.232	97.027
Total	1.367.155	(610.895)	(135.418)	620.842	121.613

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação do Ativo Intangível:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTACÃO DO ATIVO INTANGÍVEL</u>	Saldo em 31.12.2013	ADIÇÕES	BAIXAS	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à Concessão - Geração	66.596	(40.026)	(5.486)	379.837	400.921
Em serviço	4.885	(34.400)	(5.486)	380.535	345.534
Ativo Intangível	487.690	-	(5.193)	337.136	819.633
Amortização acumulada	(404.065)	(69.838)	-	43.399	(430.504)
Obrigações especiais	(28.333)	-	-	-	(28.333)
Impairment	(50.407)	22.138	(293)	-	(28.562)
Amortização das obrigações especiais	-	13.300	-	-	13.300
Em curso	61.711	(5.626)	-	(698)	55.387
Ativo Intangível	76.406	181	-	(698)	75.889
Obrigações especiais	(14.695)	-	-	-	(14.695)
Impairment	-	(5.807)	-	-	(5.807)
Vinculados à Concessão - Distribuição	-	(53.672)	(2)	210.454	156.780
Em serviço	-	(127.563)	(2)	208.992	81.427
Ativo Intangível	58.525	-	(2)	265.609	324.132
Amortização acumulada	19.913	(183.970)	-	(54.086)	(218.143)
Obrigações especiais	(69.601)	-	-	(2.531)	(72.132)
Contrato oneroso	-	-	-	-	-
Impairment	(15.469)	15.469	-	-	-
Amortização das obrigações especiais	6.632	40.938	-	-	47.570
Em curso	-	73.891	-	1.462	75.353
Ativo Intangível	95.338	1.345	-	(1.069)	95.614
Obrigações especiais	(22.648)	(144)	-	2.531	(20.261)
Impairment	(72.690)	72.690	-	-	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	55.017	8.078	-	46	63.141
Administração					
Em serviço	39.385	-	-	(616)	38.769
Amortização acumulada	(19.067)	(4.051)	-	-	(23.118)
Em curso	34.699	12.129	-	662	47.490
Total	121.613	(85.620)	(5.488)	590.337	620.842

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 15 - Imobilizado



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO INTANGÍVEL</u>	<u>SALDO EM 31/12/2012 (Reapresentando)</u>	<u>ADIÇÕES</u>	<u>BAIXAS</u>	<u>*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO</u>	<u>SALDO EM 31/12/2013</u>
Vinculados à Concessão - Geração	585.357	(87.699)	(51.624)	(379.438)	66.596
Em serviço	537.330	(104.375)	(51.624)	(376.446)	4.885
Ativo Intangível	803.953	-	16.588	(332.851)	487.690
Amortização acumulada	(210.217)	(82.237)	(68.212)	(43.399)	(404.065)
Obrigações especiais	(28.137)	-	-	(196)	(28.333)
Impairment	(28.269)	(22.138)	-	-	(50.407)
Em curso	48.027	16.676	-	(2.992)	61.711
Ativo Intangível	62.779	16.781	-	(3.154)	76.406
Obrigações especiais	(14.752)	(105)	-	162	(14.695)
Impairment	-	-	-	-	-
Vinculados à Concessão - Distribuição	-	208.571	1.502	(210.073)	-
Em serviço	-	196.832	(7.324)	(189.508)	-
Ativo Intangível	308.909	-	(7.065)	(243.319)	58.525
Amortização acumulada	(33.914)	-	(259)	54.086	19.913
Obrigações especiais	(62.694)	-	-	(275)	(62.969)
Impairment	(212.301)	196.832	-	-	(15.469)
Em curso	-	11.739	8.826	(20.565)	-
Ativo Intangível	102.149	14.067	-	(20.878)	95.338
Obrigações especiais	(20.633)	(2.328)	-	313	(22.648)
Impairment	(81.516)	-	8.826	-	(72.690)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	44.249	11.706	(35)	(903)	55.017
Administração					
Em serviço	38.116	-	(322)	1.591	39.385
Amortização acumulada	(16.140)	(3.214)	287	-	(19.067)
Em curso	22.273	14.920	-	(2.494)	34.699
Total	629.606	132.578	(50.157)	(590.414)	121.613

Vale ressaltar que valores registrados na rubrica do Intangível, serão amortizados e terão o valor zero ao final da concessão (2015), considerando que a Companhia utiliza a taxa média disponibilizada pela ANEEL.

Os valores que a Companhia não conseguirá amortizar estão registrados no Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público.

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Conforme Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, as quotas de amortização dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil.

O início de apuração da amortização foi a partir do 2º ciclo da revisão tarifária, fato este que na Companhia, ocorreu a partir de 1.º de novembro de 2009, conforme Resolução Homologatória n.º 899, de 27 de outubro de 2009. Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizado a taxa média regulatória de 3,10% para a Geração e 3,63% para a Distribuição.

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos, objeto de arrendamento mercantil financeiro. Segue abaixo as rubricas que compõem este grupo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	01.01.2013	%	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido		
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	Taxas de depreciação (a.a)	
EM SERVIÇO						
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.521	(1.387)	134	185	236	3,33%
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.508	(282.871)	57.637	69.277	64.659	3,36%
Máquinas e equipamentos	77.294	(70.826)	6.468	13.372	18.744	
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro (nota 19)	1.730.922	(507.413)	1.223.509	1.281.149	1.338.788	3,36%
Veículos	19.596	(14.564)	5.032	7.128	9.351	6,22%
Móveis e utensílios	19.897	(9.684)	10.213	10.167	7.549	3,33%
Terrenos	1.608	-	1.608	1.608	1.517	14,29%
	2.191.346	(886.745)	1.304.601	1.382.886	1.440.844	6,25%
EM CURSO						0,00%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.948	-	2.948	1.540	12.121	
Máquinas e equipamentos	58.934	-	58.934	59.702	34.704	
Veículos	1.309	-	1.309	1.309	-	
Móveis e utensílios	1.241	-	1.241	1.933	1.686	
Outros	7.374	-	7.374	19.336	8.765	
	71.806	-	71.806	83.820	57.276	
Total	2.263.152	(886.745)	1.376.407	1.466.706	1.498.120	

A movimentação do grupo está demonstrada abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTACÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	Saldo em 31.12.2013 (Reapresentado)	ADIÇÕES	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	BAIXAS	Saldo em 31.12.2014
Geração	75.064	(12.542)	(1)	-	62.521
Em serviço	346.992	-	(65)	-	346.927
Depreciação Acumulada	(295.592)	(12.542)	72	-	(308.062)
Em curso	23.664	-	(8)	-	23.656
Administração / Comercialização / Distribuição	110.493	(1.016)	(19.100)	-	90.377
Em serviço	112.362	-	1.136	-	113.498
Depreciação Acumulada	(62.021)	(9.175)	(73)	-	(71.269)
Em curso	60.154	8.159	(20.163)	-	48.150
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	(2)
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.281.149	(57.640)	-	-	1.223.509
Arrendamento Mercantil	1.730.922	-	-	-	1.730.922
Depreciação Acumulada	(449.773)	(57.640)	-	-	(507.413)
Total	1.466.706	(71.198)	(19.101)	-	1.376.407

<u>MUTACÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	SALDO EM 31/12/2012 (Reapresentado)	ADIÇÕES	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2013 (Reapresentado)
Geração	91.221	(13.167)	(267)	(2.723)	75.064
Em serviço	369.063	-	(999)	(21.072)	346.992
Depreciação Acumulada	(301.506)	(13.167)	732	18.349	(295.592)
Em curso	23.664	-	-	-	23.664
Administração / Comercialização / Distribuição	68.112	38.805	4.265	(687)	110.495
Em serviço	79.765	-	36.776	(4.179)	112.362
Depreciação Acumulada	(45.262)	(8.831)	(11.420)	3.492	(62.021)
Em curso	33.609	47.636	(21.091)	-	60.154
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.338.789	(57.640)	-	-	1.281.149
Arrendamento Mercantil	1.338.789	(57.640)	-	-	1.281.149
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	(2)
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	-	-	-	-	-
Contribuições do Consumidor	-	-	-	-	-
Participação da União Federal	(2)	-	-	-	(2)
Doações e Subvenções p/ investimentos	-	-	-	-	-
Provisão p/ ajustes valor recuperação ativos - impairment	-	-	-	-	-
Outros (especificar)	-	-	-	-	-
Total	1.498.120	(32.002)	3.998	(3.410)	1.466.706

Quadro de Transferências – Ativo Financeiro – Intangível e Imobilizado

*As transferências quando comparadas apenas dentro do próprio grupo não zeram, em função de que as mesmas ocorrem, algumas vezes, no mesmo grupo ou relacionam-se



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

com grupos diversos (como por exemplo, transferências entre o Imobilizado x Intangível). Porém, as transferências zeram, quando visualizadas no conjunto dos grupos (Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2014							Total
	EM SERVIÇO			EM CURSO				
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Grupos								
Ativo Financeiro Concessão	(553.373)	-		(553.373)	(17.863)		(17.863)	(571.236)
Intangível - vinculados à concessão	602.745	(10.687)	(2.531)	589.527	(1.767)	2.531	764	590.291
Intangível - não vinculados à concessão	-	(616)	-	(616)	662	-	662	46
Imobilizado	1.071	(1)	-	1.070	(20.171)	-	(20.171)	(19.101)
Total	50.443	(11.304)	(2.531)	36.608	(39.139)	2.531	(36.608)	-

DESCRIÇÃO	31.12.2013							Total
	EM SERVIÇO			EM CURSO				
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Grupos								
Ativo Financeiro Concessão	993.075	-		993.075	(406.659)		(406.659)	586.416
Intangível - vinculados à concessão	(576.170)	10.687	(471)	(565.954)	(24.032)	475	(23.557)	(589.511)
Intangível - não vinculados à concessão	1.591	-	-	1.591	(2.494)	-	(2.494)	(903)
Imobilizado	35.777	(10.688)	-	25.089	(21.091)	-	(21.091)	3.998
Total	454.273	(1)	(471)	453.801	(454.276)	475	(453.801)	-

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

Não houve capitalização de juros nos exercícios de 2014 e 2013.

NOTA 16 – ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS NÃO FINANCEIRO

Para o exercício de 2014, a análise do teste de recuperabilidade foi realizada considerando-se as empresas de forma separadas (AmE- Distribuição - D e AmE- Geração e Transmissão - G&T).

Com base nas premissas determinadas e nos resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que não houve necessidade de registrar



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Impairment na Distribuidora uma vez que o fluxo de caixa descontado acumulado (Valor Presente dos Ativos) supera os ativos testados. Dessa forma a Companhia reverteu o montante de R\$ 405.556 de Impairment registrado em exercícios anteriores.

Entretanto, com base nas premissas adotadas e nos cálculos efetuados para a empresa AmE – G&T, os resultados apontaram que, após a desverticalização todos os ativos de Geração e Transmissão que possuem contrato conseguem recuperar os seus ativos ao longo do período do contrato. Já as usinas que não possuem contrato tem situação inversa, onde efetivamente há indicativo de impairment. Portanto, os números testados, no exercício de 2014, demonstraram a indicação de perdas na realização de ativos de geração para as usinas sem contrato (Provisão para Perda do Ativo Intangível - Impairment) no montante de R\$ 105.250 (sendo R\$ 19.237 da UTE Aparecida – Blocos 5 e 6 e R\$ 86.013 da usina Mauá – Bloco 4 e Electron).

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado (sendo que para a Distribuidora o fluxo foi feito até junho de 2015 e para a Geradora até dezembro de 2035).

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Dessa forma, para cada Unidade Geradora de Caixa - UGC foi efetuado um teste de impairment.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade dos ativos de geração foram:

I. **DRE / Balanço:** Base de Dez/ 2014;

II. **Período (Usinas (Blocos) com CCVE's):** Considerou-se as outorgas de cada Unidade Geradora de Caixa – UGC, as quais coincidem com o período dos contratos;

III. **Período (Usinas (Blocos) sem contratos):** Considerou-se a desativação das plantas em Janeiro de 2016;

IV. **Valores Reais:** Não se considerou o efeito inflacionário nas projeções;

V. **Taxa de Desconto:** Utilizado o WACC (6,69%) definido pela Holding para o segmento de geração;

VI. **Preço de Venda de Energia – Usinas (Blocos) com CCVE's:** Conforme contrato entre a AmD e a AmGT, cujas condições foram homologadas por meio da Resolução Autorizativa nº 4.836/2014, de 16/09/2014;

VII. **Vendas Brutas:** A receita foi obtida através da aplicação do valor do contrato de CCVE de cada usina (Bloco), multiplicado pela respectiva energia. Para os ativos de Transmissão considerou-se a Receita Anual Permitida (RAP);

VIII. **Receita das Plantas sem contrato:** As Plantas (Blocos) sem contrato considerou-se a receita do ESS e a remuneração (Wacc) do Ativo Líquido;



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- IX. **Potência Contratada:** UHE Balbina - 132,30 MW; UTE Aparecida - 150 MW e UTE Mauá - 100 MW;
- X. **Preço de Venda de Energia:** UHE Balbina - 238,87 R\$/MWh; UTE Aparecida - 99,48 R\$/MWh e UTE Mauá Bloco 3 - 85,91 R\$/MWh;
- XI. **Deduções da Receita:** Considerou-se uma taxa de 35,25% constante nos contratos CCVE's;
- XII. **Combustível:** Não foi considerado, pois seu efeito foi neutralizado;
- XIII. **PMSO:** Foi considerado o valor contábil de cada Unidade Geradora de Caixa - UGC até dez/2014. Para a segregação dos blocos de Aparecida e Mauá foi considerado a proporção da energia gerada em 2014. Para o ano de 2015 manteve-se o mesmo valor de 2014. Em janeiro 2016 considerou-se desativar as usinas que não terão contratos CCVE's, em contrapartida considerar os respectivos custos de desativação.
- XIV. **Encargos:** Foram considerados os encargos registrados na contabilidade;
- XV. **Ativo Testado:** Testou-se todos os ativos de geração e transmissão com base em dezembro/2014;
- XVI. **Recuperação de Despesas:** Foram capturadas no histórico do custo de geração;
- XVII. **Depreciação:** Considerou-se a depreciação informada pela contabilidade na data de 30 de dezembro de 2014;
- XVIII. **Provisões e Reversões:** Não foram consideradas para o cálculo;
- XIX. **Resultado Financeiro e Resultado não Operacional:** Por se tratar de rubricas que não contribuem para o cálculo do impairment estas foram desconsideradas;
- XX. **Valor residual:** Os testes consideraram os valores não depreciados ao final do fluxo como um valor residual.

NOTA 17 – FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda e pelo fornecimento de materiais e serviços. As mesmas estão compostas da seguinte forma:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	1.465.845	4.603.744
Fornecedores - Produtores Independentes (b)	313.326	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	15.430	564
Parcelamentos Petrobras (c)	645.162	236.696
Total	2.439.763	4.841.004
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Parcelamentos Petrobras (c)	7.326.768	599.631
Total	7.326.768	599.631

- a) A redução ocorreu em virtude dos parcelamentos que foram celebrados com a Petrobras. Portanto, no Passivo Circulante consta apenas as parcelas referentes aos próximos doze meses. O restante do saldo dos parcelamentos está no Passivo Não Circulante.
- b) O valor de R\$ 313.326 refere-se à dívida com Produtores Independentes de Energia. O saldo em 31/12/2013 encontra-se zerado, pois neste período, toda a dívida com os PIE's estava registrada na rubrica de Outros (Provisões Operacionais - PIE's).
- c) O aumento refere-se a três Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A., relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, nos respectivos montantes i) R\$ 3.257.366; ii) R\$ 2.925.921 e iii) R\$ 1.018.441. Os Instrumentos serão amortizados em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 20/02/2015 e a última parcela em 30/01/2025. Cabe destacar que a inadimplência com a Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CCC, e devido ao lapso temporal de, no mínimo, dois meses entre a verificação dos custos e o efetivo recebimento do crédito.

Essas obrigações estão sendo atualizadas monetariamente, pela taxa selic, em contrapartida na rubrica de Despesas Financeiras, no Resultado.

NOTA 18 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. A garantia dos empréstimos é a vinculação da receita própria da Companhia. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Composição:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2014			31.12.2013				
		Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
		Encargos	Principal			Encargos	Principal		
MOEDA NACIONAL									
ELETROBRÁS		242	646.614	1.517.563	2.164.419	-	472.434	715.349	1.187.783
.ECF-1554/97	12,00	-	4.407	2.802	7.309	-	4.057	7.309	11.366
.ECF-2057/00	7,00	-	9.804	-	9.804	-	11.764	9.804	21.568
.ECF-2082/01	7,00	-	2.780	4.864	7.644	-	2.780	7.644	10.424
.ECF-2116/01	7,00	-	2.262	16.208	18.470	-	2.262	18.469	20.731
.ECF-2117/01	7,00	-	2.247	-	2.247	-	2.247	2.246	4.483
.ECF-2131/02	7,00	-	414	-	414	-	710	414	1.124
.ECF-2132/02	7,00	-	246	-	246	-	422	246	688
.ECF-2133/02	7,00	-	900	1.200	2.100	-	900	2.100	3.000
.ECF-2267/03	7,00	-	4.436	22.550	26.986	-	4.436	26.986	31.422
.ECF-2288/03	7,00	-	125	-	125	-	1.495	125	1.620
.ECF-2292/03	7,00	-	98	-	98	-	91	98	189
.ECF-2299/03	7,00	-	216	-	216	-	2.596	216	2.812
.ECF-2301/03	7,00	-	1.974	-	1.974	-	23.692	1.873	25.565
.ECF-2327/04	7,00	-	2.079	-	2.079	-	4.989	2.079	7.068
.ECF-2330/04	7,00	-	671	-	671	-	619	671	1.280
.ECF-2331/04	7,00	-	39	-	39	-	36	39	75
.ECF-2332/04	7,00	-	526	-	526	-	485	526	1.011
.ECF-2345/04	7,00	-	513	-	513	-	474	514	988
.ECF-2447/04	7,00	-	710	-	710	-	1.217	811	2.028
.ECF-2452/04	7,00	-	336	1.706	2.042	-	396	2.041	2.377
.ECF-2459/05	7,00	-	3.844	22.107	25.951	-	3.845	25.951	29.796
.ECF-2461/04	7,00	-	-	-	-	-	138	-	138
.ECF-2463/05	7,00	-	-	-	-	-	412	-	412
.ECF-2571/08	7,00 + CRC ¹	-	3.650	2.737	6.387	-	3.650	6.387	10.037
.ECF-2572/08	7,00 + CRC ¹	-	680	510	1.190	-	680	1.190	1.870
.ECF-2573/08	7,00 + CRC ¹	-	2.004	1.503	3.507	-	2.004	3.506	5.510
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ¹	-	8.582	7.203	15.785	-	9.026	15.785	24.821
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ¹	-	1.329	7.843	9.172	-	1.329	8.972	10.301
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ¹	-	662	3.924	4.586	-	662	4.807	5.289
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ¹	-	1.229	921	2.150	-	1.229	2.150	3.379
.ECF-2672/07	Selic + Spread	-	1.329	1.329	2.658	-	1.329	2.658	3.987
.ECF-2707/08	7,00 + CRC ¹	-	6.067	13.652	19.719	-	6.067	19.719	25.788
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ¹	-	2.874	2.874	5.748	-	2.874	5.748	8.622
.ECF-2719/08	7,00 + CRC ¹	-	1.416	1.852	3.098	-	1.416	3.098	4.484
.ECF-2748/09	7,00 + CRC ¹	-	246	288	532	-	245	532	777
.ECF-2765/09	7,00 + CRC ¹	-	16.922	38.075	54.997	-	16.922	54.997	71.919
.ECF-2766/09	7,00 + CRC ¹	-	21.259	47.833	69.092	-	21.259	68.646	89.905
.ECF-2770/09	7,00 + CRC ¹	-	303	444	747	-	280	747	1.027
.ECF-2777/09	7,00 + CRC ¹	-	2.688	4.447	7.115	-	2.688	7.115	9.783
.ECF-2782/09	7,00 + CRC ¹	-	15.742	23.612	39.354	-	15.742	39.354	55.096
.ECF-2783/09	7,00 + CRC ¹	-	1.306	2.069	3.375	-	1.306	3.375	4.681
.ECF-2814/11	7,00 + CRC ¹	-	1.323	2.978	4.301	-	1.323	4.302	5.625
.ECF-2827/10	7,00 + CRC ¹	-	862	8.504	9.366	-	-	8.875	8.875
.ECF-2841/11	7,00 + CRC ¹	-	2.190	4.926	7.116	-	2.189	7.116	9.305
.ECF-2843/10	7,00 + CRC ¹	-	4.748	9.485	14.243	-	4.748	14.243	18.991
.ECF-2862/10	7,00 + CRC ¹	-	582	3.933	4.465	-	562	4.494	5.056
.ECF-2864/10	7,00 + CRC ¹	-	82	577	659	-	82	659	741
.ECF-2875/10	7,00 + CRC ¹	-	331	2.486	2.817	-	332	2.818	3.150
.ECF-2883/10	7,00 + CRC ¹	-	514	4.199	4.713	-	428	4.749	5.177
.ECF-2887/10	7,00 + CRC ¹	-	135	1.010	1.145	-	135	1.145	1.280
.ECF-2891/10	7,00 + CRC ¹	-	172	1.289	1.461	-	172	1.461	1.633
.ECF-2899/10	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	-	3.000	9.000	12.000
.ECF-2903/10	IPCA	-	-	19.618	19.618	-	-	9.171	9.171
.ECF-2910/11	7,00 + CRC ¹	-	500	3.749	4.249	-	500	4.249	4.749
.ECF-2915/11	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	-	9.911	29.732	39.643
.ECF-2923/11	7,00 + CRC ¹	-	5.015	15.881	20.896	-	4.179	20.896	25.075
.ECF-2925/11	7,00 + CRC ¹	-	84	619	703	-	84	704	788
.ECF 3018/12	Selic + Spread	-	-	1.558	1.558	-	-	1.470	1.470
.ECF 3023/12	Selic + Spread	-	106.443	-	106.443	-	101.916	-	101.916
.ECF 3025/12	Selic + Spread	-	66.492	154.959	221.451	-	47.391	189.564	236.955
.ECF 3120/14	Selic + Spread	-	188.373	-	188.373	-	-	-	-
.RES 0362/13	Selic + Spread	-	141.863	-	141.863	-	133.900	-	133.900
.RES 0497/13	Selic + Spread	-	-	-	-	-	2.416	1.098	3.514
.RES 0661/14	CDI	73	-	400.000	400.073	-	-	-	-
.RES 0634/13	Selic + Spread	-	-	-	-	-	455	341	796
.RES 0737/14	CDI	189	-	649.531	849.700	-	-	-	-
.RES 0893/13	Selic + Spread	-	-	-	-	-	27.534	-	27.534
.RES 0949/13	Selic + Spread	-	-	-	-	-	13.000	-	13.000
Dívida em Moeda Nacional		242	646.614	1.517.563	2.164.419	-	472.434	715.349	1.187.783
Total		242	646.614	1.517.563	2.164.419	-	472.434	715.349	1.187.783

¹ Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O aumento foi decorrente da repactuação da dívida com a Eletrobras dos contratos de Recursos Ordinários (RO's) efetuados nos terceiro e quarto trimestres de 2014. Além deste fato, houve também ingressos de novos contratos de empréstimo e financiamento, especialmente o RES 0561/14, no valor de R\$ 400.000 e o RES 0737/14 no valor de R\$ 649.531.

b) A composição do principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo, tem seus vencimentos assim programados:

VENCIMENTOS DAS PARCELAS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
2015	0	220.652
2016	237.850	204.443
2017	305.742	147.705
2018	253.213	81.078
2019	203.447	18.479
2020	189.523	17.357
Após 2020	327.788	25.634
Total	1.517.563	715.349

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do exercício	472.434	715.349	270.381	758.962
Empréstimos e Financiamentos obtidos	34.383	1.427.943	133.900	201.153
Transferências	578.050	(578.050)	246.656	(246.656)
Encargos financeiros provisionados	232.547	-	88.256	1.890
Encargos financeiros pagos	(173.409)	-	(93.525)	-
Amortização de financiamentos	(497.149)	(47.679)	(173.234)	-
Saldo no final do período	646.856	1.517.563	472.434	715.349

d) A composição do saldo da dívida, por indexador está demonstrada abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Composição do saldo da dívida, por indexador:

Indexador	31.12.2014		31.12.2013	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Índice de Atualização da RGR	2.164.419	100,00%	1.187.783	100,00%
Total	2.164.419	100,00%	1.187.783	100,00%
Principal	2.164.177	100%	1.187.783	100%
Encargos	242	0%	-	0%
Total	2.164.419	100,00%	1.187.783	100,00%

e) Clausulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

NOTA 19 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil econômica dos ativos.

Com base nas premissas do CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia avaliou todos os critérios definidos pelo referido Pronunciamento para os contratos listados a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2014					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	3,64	15.002	252.130	267.132
OC 1816/2005	IGPM	3,64	14.825	249.148	263.973
OC 1819/2005	IGPM	3,64	15.950	268.057	284.007
OC 1820/2005	IGPM	3,64	13.895	233.512	247.407
OC 1821/2005	IGPM	3,64	14.835	249.306	264.141
Total			74.507	1.252.153	1.326.660

31.12.2013 (Reapresentado)					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	5,40	13.524	267.132	280.656
OC 1816/2005	IGPM	5,40	13.364	263.973	277.337
OC 1819/2005	IGPM	5,40	14.379	284.008	298.387
OC 1820/2005	IGPM	5,40	12.526	247.407	259.933
OC 1821/2005	IGPM	5,40	13.372	264.141	277.513
Total			67.165	1.326.661	1.393.826

01.01.2013 (Reapresentado)					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	7,56	12.192	280.656	292.848
OC 1816/2005	IGPM	7,56	12.047	277.338	289.385
OC 1819/2005	IGPM	7,56	12.962	298.386	311.348
OC 1820/2005	IGPM	7,56	11.291	259.931	271.222
OC 1821/2005	IGPM	7,56	12.056	277.514	289.570
Total			60.548	1.393.825	1.454.373

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

a) **A movimentação dos arrendamentos financeiros é como segue:**



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Saldo em 31.12.2013	1.393.826
Ingressos	-
Encargos	142.060
Variação monetária	125.408
(-) Amortizações	(334.634)
Saldo em 31.12.2014	1.326.660

Saldo em 01.01.2013	1.454.373
Ingressos	-
Encargos	148.678
Variação monetária	107.444
(-) Amortizações	(316.669)
Saldo em 31.12.2013	1.393.826

b) A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2013	01.01.2013	
	31.12.2014	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Menos de um ano	209.226	209.226	209.226
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902	836.902
Mais de cinco anos	1.133.304	1.342.531	1.551.757
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(852.772)	(994.833)	(1.143.512)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiro	1.326.660	1.393.826	1.454.373
Mais de um ano e menos de cinco anos	74.507	67.165	60.548
Mais de cinco anos	388.859	350.546	316.006
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	863.294	976.115	1.077.819
	1.326.660	1.393.826	1.454.373



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 20 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
PASSIVO CIRCULANTE		
Imposto de Renda	4.949	2.392
Tributos federais a recolher - MP 135/03 (a)	24.995	38.438
FGTS	2.198	2.101
ISS	6.945	7.360
INSS	8.559	8.176
ICMS	4.185	4.312
Outros	459	448
Total	52.290	63.227

(a) Nesta rubrica são registradas as provisões e pagamentos dos tributos federais (IR, PIS, COFINS e CSSL) retidos das prestações de serviços.

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O saldo está composto desta forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2013
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Encargos Sociais - INSS	6.976	4.448	-
Encargos Sociais - FGTS	2.124	1.353	-
SESI/SENAI/FNDE	661	457	-
Provisão de Férias	13.938	12.044	-
Provisão - Gratificação de Férias	12.661	4.866	-
Plano de Incentivo ao Desligamento - PID - Provisão e PPRS	-	3.369	4.849
Folha de Pagamento	22.347	21.491	-
Total	58.707	48.028	4.849

NOTA 22 – OUTROS PASSIVOS

Os diversos débitos classificados no Passivo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações com coligadas/controladas/controladoras (a)	35.363	419.855	338.134	-
Provisões Operacionais PIEs	-	-	383.532	-
Credores Diversos	1.559	-	1.453	-
Multas Ambientais	400	-	400	-
Juros do Empréstimo Compulsório -ELETROBRAS	715	-	713	-
Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	6.636	-	5.033	-
Multas - ANEEL	-	-	25.868	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	15.839	11.616	17.801	7.156
Programa de Eficiência Energética - PEE (c)	19.550	27.059	26.837	16.734
Cauções em garantia	12.643	-	-	-
Outros	31.795	-	49.042	-
Total	124.500	458.530	848.812	23.890

a) Obrigações com Coligadas/Controladas/Controladoras

FINANCIADORES	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante	Circulante
MOEDA NACIONAL			
Empregados cedidos - Eletronorte	936	-	243
Materiais em poder de terceiros	30	-	30
CERON *	1.387	-	1.387
CERON - leilão a devolver	5	-	-
Boa Vista - leilão a devolver	15	-	-
Eletroacre - leilão a devolver	4	-	-
Empregados cedidos - CERON	346	-	-
Empregados cedidos - Boa Vista Energia	1.288	-	-
Provisão do PIE El Paso - ELB**	-	335.516	312.807
Provisão demais PIE's - ELB***	-	84.339	-
Reembolso Eletronorte ****	31.352	-	23.667
Total	35.363	419.855	338.134

(*) O valor de R\$ 1.387 refere-se ao saldo decorrente da celebração de contrato entre esta Companhia e a Centrais Elétricas de Rondônia (CERON) referente à aquisição de grupos geradores para instalação no parque de geração do interior do Estado do Amazonas, na área de concessão da Amazonas Energia.

(**) O saldo de R\$ 335.516, refere-se ao processo da EL PASO Rio Negro impetrado contra a holding Eletrobras por esta ser a garantidora deste contrato.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(***) O saldo de R\$ 84.339 refere-se aos processos dos seguintes PIE's: GERA - Geradora de Energia do Amazonas S/A (R\$ 52.703), Companhia Energética Manauara S/A (R\$ 14.072 referente a dois processos), Breitener Tambaqui S/A (R\$ 9.268), Rio Amazonas Energia S/A (R\$ 8.296 referente a dois processos). Todos os processos foram impetrados contra a holding Eletrobras por esta ser a garantidora deste contrato.

(****) O valor de R\$ 31.352 refere-se ao ressarcimento pela Companhia à ELETRONORTE referente aos gastos relacionados com a recuperação/revitalização da UTE Electron, conforme Resolução de Diretoria Executiva nº 158/2012.

b) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das Companhias concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

c) Programa de Eficiência Energética - PEE

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da ROL), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 23 – PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhista	73.783	109.548	58.473	100.408
Cíveis	137.687	205.910	140.003	148.162
Tributárias	2.069	-	1.659	-
Multas ANEEL	127.774	21.786	73.480	20.554
Outros	-	13.404	-	1.089
Total	341.313	350.648	273.615	270.213

O montante dos Depósitos Judiciais é maior que o saldo de Provisões para Causas Judiciais em função de que existem alguns Autos de Infração aplicados pela Agência Reguladora que estão registrados em Outros Passivos, pois para a Companhia questionar o Auto de Infração é necessário que a Companhia faça o depósito em juízo, a fim de que a mesma



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

não seja inserida no CADIN. Dessa forma, a Companhia registra a Multa para depois discutir os valores na esfera judicial.

Do montante de acréscimo da rubrica de Depósitos Judiciais, a classe que mais se destaca é a cível, sendo os processos mais relevantes: i) R\$ 26.890 refere-se ao Processo nº 0616045-54.2014.8.04.0001 da empresa Genrent do Brasil S/A para garantia de Execução de Título Extrajudicial; ii) R\$ 19.216 referente ao Cumprimento de sentença provisória que condenou a Companhia no pagamento de valores à Produtor Independente.

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2013	Adições	Reversões/ Baixas	Atualizações	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Trabalhistas (a)	58.473	31.646	(16.798)	462	-	73.783
Cíveis (b)	140.003	24.467	(39.605)	12.822	-	137.687
Multas ANEEL	73.480	18.904	(11.463)	20.985	25.868	127.774
Tributárias	1.659	270	-	140	-	2.069
Saldo final	273.615	75.287	(67.866)	34.409	25.868	341.313

a) Do montante das adições de R\$ 31.646, destaca-se: i) R\$ 8.822 referem-se a causas trabalhistas de funcionários solicitando equiparação salarial e ii) R\$ 20.591 referem-se a causas trabalhistas de funcionários solicitando gratificação de função, enquadramento e equiparação salarial.

b) Do montante de adições de R\$ 24.467 somado às atualizações de 12.822, de causas cíveis, destaca-se: i) R\$ 11.521 refere-se à ação civil pública em virtude do racionamento de energia no município de Tefé; ii) R\$ 2.040 refere-se à ação civil pública, da Defensoria Pública, em virtude das interrupções de energia elétrica nos períodos de 2011, 2012 e 2013 na cidade de Manaus e nos municípios de Manacapuru e Iranduba; iii) R\$ 13.923 mil refere-se ao registro do processo da empresa Nóvoa Indústria de Cerâmica Ltda., cujo objeto da ação é Indenização por perdas decorrente de interrupção de energia elétrica e danos morais; iv) R\$ 8.682 referente ao Auto de Infração nº 026/14-SFE (AmG&T) Processo 48500.004141/2013-10 em função de penalidade ocorrida na Fiscalização, no período de 20 a 23 de maio de 2013 e v) R\$ 3.279 referente ao Auto de Infração nº 049/2014-SFE (AmED), Processo 48500.001066/2014-16 decorrente do encaminhamento de informações técnicas em desconformidade com o padrão exigido pela ANEEL no período de 2009 a 2012.

Do montante de R\$ 39.605 de baixas, os processos mais relevantes são: i) R\$ 18.000 referente ao processo de ação ordinária de rescisão contratual, por danos materiais e morais por parte da empresa Inepar S.A Indústria e Construções; ii) R\$ 11.173 referente ao Auto de Infração ANEEL nº 045/10-SFG (processo nº 680042620114013400) referente à não apresentação, conforme determinação da SFG/ANEEL, dos volumes de combustíveis existentes em estoque em cada uma das



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

usinas da empresa, no dia 1º de janeiro de cada um dos exercícios e iii) R\$ 18.079 referente ao processo nº 0216092-93.2014.8.04.0001 da empresa Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos decorrente de execução de Título Extrajudicial de contrato administrativo.

c) Natureza das causas:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem em reclamações de empregados, vinculadas a questões ligadas a rescisões contratuais de trabalho.
- Cíveis - as principais ações têm por objeto pedido de indenização por danos materiais e morais, e ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.
- Fiscais/Tributárias - os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.

d) Outras informações:

Quantidade de processos judiciais em 31.12.14

DESCRIÇÃO	Probabilidade de perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas	526	1.751	440	2.717
Cíveis	834	2.753	75	3.662
Tributárias	4	42	54	100
Total	1.364	4.546	569	6.479



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Quantidade de processos judiciais em 31.12.13

DESCRIÇÃO	Probabilidade de perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas	452	936	20	1.408
Cíveis	720	1.466	72	2.258
Tributárias	3	46	47	96
Total	1.175	2.448	139	3.762

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	404.924	114.810	119.146	712
Cíveis (a)	1.108.657	57.390	937.749	53.351
Tributárias (b)	1.852.997	465.431	1.777.147	1.495.186
Total	3.366.578	637.631	2.834.042	1.549.249

- a) O aumento das causas possíveis cíveis ocorreu em função de que em 2014 foram interpostas contra a Amazonas Energia várias ações cíveis, que após a análise dos escritórios jurídicos, os quais levam em consideração a experiência, a confiabilidade e a sensibilidade dos advogados em cada tipo de processo, jurisprudências e legislação, sendo esta uma condição descrita no CPC 25, decidiram classificar conforme os critérios e o objeto de cada ação, um número maior de processos Cíveis como "Possíveis".
- b) Refere-se a processos de tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:
- i) Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, com oito processos, no montante de R\$ 1.466.288, impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela Companhia em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC, e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica.
- ii) Quinze processos no montante de R\$ 41.258 referentes a Autos de Infrações lavrado em virtude de supostas diferenças no recolhimento da COFINS, PIS E ISS de vários períodos.
- iii) dois processos (El Paso Rio Negro) no montante de R\$ 170.680 referente a Execução fiscal proposta para cobrança dos créditos tributários objetos dos autos de infração nºs 502.329, 502.341, 502.342 e 502.343, 502.330, 502.344, 502.345 e 502.346, lavrados para cobrança de ICMS sobre o suposto fornecimento de energia elétrica à Amazonas Energia no período de outubro de 1999 a junho de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2001, pago por meio de recibos, a título de disponibilidade contratual de equipamentos.

iv) um processo da Associação Brasileira Consumidores Água Energia Elétrica (ASSOBRAEE) no valor de R\$ 76.019 referente à Ação civil pública visando declarar a nulidade da Portaria nº 45/86 do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), bem com pedido de restituição de todas as quantias cobradas pela Companhia com base nessa majoração de março a novembro de 1986.

v) um processo (Companhia x ANEEL) no valor de R\$ 91.632 referente a Ação ordinária visando à recomposição financeira, por meio de reajuste tarifário, das perdas incorridas pela Companhia em decorrência do método de devolução do PIS e da COFINS embutidos na tarifa determinado pela ANEEL, bem como a anulação do auto de infração nº 075/2008-SFF.

NOTA 24 – CONCESSÕES A PAGAR

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Contrato de Concessão Oneroso	-	295.259

Em 2013, o valor registrado era referente ao excedente do teste de recuperabilidade aplicado nos ativos do grupo Intangível da atividade de Distribuição.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 25 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica, combustível e gás são:

31/12/2014							
Gerador da Energia	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Rio Amazonas Energia S.A	Cia Energética Manauara	GERA	Total	
2016	Volume MW	527.040	527.040	570.960	527.040	527.040	2.679.120
	Preço MWh	0,25	0,25	0,24	0,22	0,23	0,24
	Total	131.760	131.760	137.030	115.949	121.219	637.631
2017	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,26	0,26	0,25	0,23	0,24	0,25
	Total	136.656	136.656	142.350	120.888	126.144	662.606
2018	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,28	0,28	0,27	0,25	0,26	0,27
	Total	147.168	147.168	153.738	131.400	136.656	716.042
2019	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
	Preço MWh	0,29	0,29	0,29	0,26	0,27	0,28
	Total	152.424	152.424	165.126	136.656	141.912	748.104
2020	Volume MW	527.040	527.040	570.960	527.040	527.040	2.679.120
	Preço MWh	0,31	0,31	0,30	0,27	0,28	0,29
	Total	163.382	163.382	171.288	142.301	147.571	787.661
Após 2020	Volume MW	2.321.280	2.321.280	2.514.720	2.321.280	2.321.280	11.799.840
	Preço MWh	0,36	0,36	0,35	0,32	0,33	0,34
	Total	835.661	835.661	880.152	742.810	766.022	4.059.145
Prazo Final							
do	04/05/2025	04/05/2025	20/05/2025	20/05/2025	20/05/2025		
Contrato							

No quadro abaixo está demonstrado os compromissos de longo prazo referente ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2014		
	Fornecedor	Cigás
2016	Volume 1.000 m3	1.830.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	2.269.200
2017	Volume 1.000 m3	1.825.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	2.263.000
2018	Volume 1.000 m3	1.825.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	2.263.000
2019	Volume 1.000 m3	1.830.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	2.269.200
2020	Volume 1.000 m3	1.830.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	2.269.200
Após 2020	Volume 1.000 m3	18.300.000
	Preço R\$/ m3	1,24
	Total Mil R\$	22.692.000

Prazo Final dos Contratos: 31/11/2030

O Contrato de Fornecimento de Gás Natural nº OC 1902/2006 foi celebrado entre a Amazonas Energia (na época Manaus Energia) e Companhia de Gás Natural do Amazonas – CIGÁS, com a interveniência e anuência da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Eletrobras, com base no permissivo legal constante do art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993, de acordo com o processo de dispensa de licitação nº 189/2006.

A celebração do mesmo partiu da decisão do Governo Federal em aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional, entendimentos estes constantes do Termo de Compromisso celebrado em 22 de abril de 2004, entre Petrobras, Eletrobras, CIGÁS e Governo do Estado do Amazonas, com interveniência do MME.

O objeto do referido contrato é a venda pela CIGÁS e compra pela Amazonas Energia de gás natural para fins de geração termoeleétrica. O suprimento de todas as usinas termoeletricas que operam com gás natural no Estado do Amazonas é feito por meio deste contrato.

Os preços praticados neste contrato foram homologados pela ANEEL. O Fundo CCC considera como Custo de Geração da Amazonas Energia os gastos provenientes deste contrato, dessa forma, o gás natural deste contrato é reembolsável pelo Fundo CCC.

O prazo final do contrato da CIGÁS é 30/11/2030.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 26 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2014, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

ACIONISTAS	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2014		Quantidade
	R\$ mil	Participação(%)	
ELETROBRAS	4.610.171	100,00%	6.276.666.628

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 27 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	Consumidores (*)		Mwh (*)		R\$	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
FORNECIMENTO						
Residencial	733.767	702.376	2.011.401	1.783.151	678.170	519.141
Industrial	3.082	3.158	1.786.509	1.783.887	418.943	381.549
Comércio, serviços e outras atividades	71.750	70.185	1.310.082	1.236.086	423.624	363.376
Rural	41.154	40.947	80.525	75.940	15.521	12.303
Poder Público	8.970	8.578	612.175	551.179	169.446	151.483
Iluminação Pública	663	661	166.097	192.467	31.376	29.479
Serviço Público	953	932	198.526	220.747	42.291	40.717
Energia Elétrica na CCEE (a)	-	-	2.589.920	1.421.570	1.769.706	299.589
Não Faturado (b)	-	-	-	-	3.593	(10.887)
Total	860.339	826.837	8.755.235	7.265.027	3.552.670	1.786.750
OUTRAS RECEITAS						
Receita de remuneração de ativo financeiro					-	227.942
Construção (c)					389.912	988.576
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa (d)					237.019	217.267
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08					82.106	-
Outros (e)					34.992	30.245
Total					744.029	1.464.030
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					4.296.699	3.250.780
DEDUÇÕES						
ICMS					(306.691)	(301.315)
PIS					(62.139)	(37.740)
COFINS					(286.217)	(173.834)
ISS					(196)	(291)
RGR					-	(2.434)
CCC					(58)	(7.207)
P&D e PEE					(31.362)	(16.475)
Total					(686.663)	(539.296)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					3.610.036	2.711.484

(*) Informações não auditadas.

(**) Alguns itens incluídos na receita de fornecimento são isentos de ICMS.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado, assim como também no quantitativo de consumidores.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

No exercício de 2013, aplicando-se as metodologias definidas na Nota Técnica 470/2013 - SRE/ANEEL, de 23 de outubro de 2013, que trata da revisão tarifária da Companhia, o efeito médio para o consumidor decorrente da revisão tarifária da Amazonas Energia é de -3,81%, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2013.

No exercício de 2014, o cálculo do Índice de Reajuste Tarifário - IRT da Companhia, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2014, conforme metodologias definidas na Nota Técnica 365/2014-SRE/ANEEL, de 20 de outubro de 2014, definiu o índice de reajuste tarifário anual médio de 2,17% a ser aplicado às tarifas da Companhia, que correspondem a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 18,62% sendo de 22,63% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 15,83% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT).

- a) O valor de R\$ 1.769.706 (R\$ 299.589 em 2013), refere-se à receita da energia comercializada na CCEE ao preço de liquidação das diferenças - PLD. Em 2014 foram adquiridos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de leilões o montante de 2.589.920 MWh (no mesmo período em 2013 a Companhia possuía 46 contratos sendo que em 2014 tem 72 contratos com aquisição de 1.421.570 MWh). Por conta da não conclusão do sistema receptor de Manaus, o Sistema Elétrico da Companhia ainda não foi totalmente conectado ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Por conseguinte, a energia contratada no ACR, observando as Regras de Comercialização, deve ser liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP, tendo como base o Preço das Liquidações das Diferenças - PLD. Assim, justifica-se a variação positiva apresentada neste período de 2014.
- b) A Renda Não Faturada - RNF contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.
- c) Receita de construção - a redução ocorreu em função de que em 2014 houve menos investimentos quando comparado com o exercício de 2013.
- d) O saldo de R\$ 237.019 está de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.454, de 24 de janeiro 2013, no artigo 9º, o qual estabelece que seja fixado o valor mensal de R\$ 19.751 a ser repassado pela Eletrobras à Amazonas Energia, conforme previsto no artigo 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- e) Segue abaixo a abertura de Outros:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Renda da prestação de serviço	7.057	5.657
Arrendamentos e aluguéis	10.255	8.970
Serviço taxado	3.202	3.406
Diversas receitas	14.478	12.212
Total	34.992	30.245

NOTA 28 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW) e completa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos produtores independentes:

DESCRIÇÃO	31.12.2014		31.12.2013	
	MWh *	R\$	MWh *	R\$
Breitener Tambaqui	530.916	(18.839)	527.984	(17.966)
Breitener Jaraqui	530.803	(19.079)	529.891	(18.030)
Companhia Energética Manauara	523.907	(15.343)	519.100	(14.580)
Rio Amazonas Energia	571.738	(18.783)	531.271	(16.676)
Geradora de Energia do Amazonas	531.732	(15.825)	526.612	(15.044)
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	6.192	(2.085)	5.871	(1.493)
BK Energia	37.595	(9.733)	35.641	(8.220)
Hermasa Navegação S/A	4.953	(550)	2.166	(596)
Diferença não paga pela CCC	-	-	-	(6.287)
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (a)	2.999.908	(1.249.058)	1.833.521	(307.370)
Recuperação de despesa com EE	-	4.578	-	-
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	8.273	-	11.730
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	57.963	-	54.029
Compra de EE - custo com ICMS (b)	-	(58.409)	-	(65.941)
Total	5.737.744	(1.336.890)	4.512.057	(406.444)

(*) Informações não auditadas

A variação nesta rubrica foi decorrente, especialmente, dos seguintes fatos:

- a) Aumento de R\$ 941.688 decorrente das obrigações com contrato de compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 2014 quando comparado com o mesmo período em 2013. Em 2013, a Amazonas Energia tinha 46 contratos em operação no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Entretanto, em 2014, o número de contratos em operação passou para 72.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 29 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal	(275.111)	(292.208)
Material	(36.496)	(36.805)
Serviço de terceiros	(136.957)	(144.337)
Total	(448.564)	(473.350)

NOTA 30 – OUTROS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Aluguéis (30.1)	(405.740)	(408.881)
Seguros	(3.587)	(3.686)
Tributos	(1.005)	(1.011)
Outros	(9.598)	15.364
Total	(419.930)	(398.214)

30.1 - ALUGUÉIS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Imóveis	(2.054)	(2.015)
Equipamentos e Veículos	(46)	-
Grupos Geradores	(442.236)	(446.404)
Subestações	(2.249)	(1.602)
Outros Bens	(62)	(152)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	7.297	7.366
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	33.610	33.926
Total	(405.740)	(408.881)

NOTA 31 – RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Despesas com vendas (31.1)	(106.789)	(145.112)
Despesas gerais e administrativas (31.2)	(307.946)	(328.374)
Outras receitas (despesas) operacionais (31.3)	735.411	(376.797)
Total	320.676	(850.283)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.1 – DESPESAS COM VENDAS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal	(29.473)	(31.075)
Material	(270)	(898)
Serviço de terceiros	(67.452)	(60.142)
Depreciação imobilizado	(4)	(9)
Provisão / Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	77.435	(39.427)
Perdas com clientes	(73.142)	-
Aluguéis	(400)	(466)
Outros	(13.483)	(13.095)
Total	(106.789)	(145.112)

- a) A redução da PCLD ocorreu, especialmente em função da reversão do cliente Industrial Procter & Gamble, no valor de R\$ 36.375, cujo processo judicial foi transitado em julgado com decisão favorável à Amazonas Energia;

NOTA 31.2 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Pessoal	(50.787)	(51.948)
Administradores	(1.039)	(859)
Material	(669)	(1.134)
Serviço de terceiros	(44.197)	(45.329)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(12.901)	(10.864)
Aluguéis	(1.020)	(1.098)
Taxa de fiscalização	(4.418)	(5.863)
Provisões diversas	(29.275)	(28.328)
Provisão / reversão para contingências	7.421	22.407
Provisão para perda de créditos tributários	(8.645)	-
Provisões - PIE's (a)	(53.875)	(154.938)
Provisão para perdas em estoque	(9.812)	-
Reversão da Provisão da Liquidação no Mercado de Curto Prazo	25.491	-
Empregados cedidos	(5.035)	(4.331)
Multas - ANEEL	(19.922)	(30.935)
PROINFA	(37.821)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(53)	-
Outros (b)	(61.389)	(15.154)
Total	(307.946)	(328.374)

- a) Em 2013, foi lançado o valor de R\$ 154.938 referente às provisões dos Produtores Independentes dos processos impetrados contra a holding Eletrobras. Já em 2014, foi lançado apenas um complemento de valor, cujo montante resultou em R\$ 53.875.
- b) No exercício de 2014 foram realizadas baixas dos depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 35.930 referente a processos trabalhistas já liquidados.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.3 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Outras Receitas		
Diversas Receitas	1.779	4.400
	1.779	4.400
Outras Despesas		
Reversão para desvalorização do imobilizado (impairment) (a)	300.306	167.653
Reversão para desvalorização dos créditos tributários (impairment) (b)	83.148	92.528
Provisão para perdas na alienação de bens	-	(98.745)
Perda na desativação de bens e direitos	(21.575)	(40.655)
Valor Novo de Reposição - VNR (c)	374.581	(500.198)
Diversas Despesas	(2.828)	(1.780)
	733.632	(381.197)
Total	735.411	(376.797)

- a) O valor de R\$ 300.306 de reversão em 2014 refere-se à diferença entre o estorno de R\$ 405.556 do valor acumulado da provisão para impairment do exercício de 2013 e o registro do impairment da geração do exercício de 2014 no montante de R\$ 105.250.
- b) Refere-se ao estorno do impairment dos créditos tributários federais (PIS e COFINS).
- c) De acordo com os cálculos do Valor Novo de Reposição para 2013, o montante foi de R\$ 500.198 negativo (R\$ 493.622 de 2013 somado ao estorno de R\$ 6.576 de 2012). Em 2014, o cálculo do VRN gerou um montante positivo de R\$ 374.580.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 32 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013 (Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Acréscimo moratório sobre energia vendida	42.334	66.219
Variação monetária ativa	932	1.331
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	47.617	28.937
Juros e Multas (a)	150.441	5.481
Ganho de avaliação atuarial	1.191	-
Rendas s/ Aplicações Financeiras	4.978	5.619
Diversas Receitas Financeiras	38.572	20.402
	286.065	127.989
Despesas Financeiras		
Variação monetária passiva	(7)	(23)
Perda de avaliação atuarial	(555)	(891)
Encargos de dívidas (b)	(232.547)	(95.274)
Encargos de arrendamento financeiro	(279.717)	(269.033)
Juros e Multas (c)	(101.739)	(153.716)
Atualização dos fornecedores - CCC (d)	(765.432)	(147.944)
Diversas Despesas Financeiras	(124.510)	(119.221)
	(1.504.507)	(786.102)
Total	(1.218.442)	(658.113)

a) Aumento, especialmente, em função da atualização monetária, no valor de R\$ 137.886, do Direito a Receber da CCC (Vide Nota 9, "b").

b) O aumento dos encargos de dívidas foi decorrente do ingresso de novos financiamentos, especialmente o RES 0561/14, no valor de R\$ 400.000 e o RES 0737/14 no valor de R\$ 649.531.

c) Em 2013 foi registrado nesta rubrica o valor de R\$ 97.762 referente à atualização monetária da dívida com a El Passo Rio Negro conforme processo judicial nº 0039286-87.2009.4.01.3400, impetrado contra a holding Eletrobras, por ser esta a garantidora do contrato. Em 2014 foi registrada apenas a atualização do exercício no montante de R\$ 22.708. Além disso, foi registrado também o valor de R\$ 4.433 referente às atualizações dos demais Produtores Independentes que ingressaram judicialmente contra a Eletrobras no exercício corrente.

d) O aumento substancial em 2014 destaca-se pela inadimplência com os fornecedores Petrobras e Cigás e Produtores Independentes. A inadimplência com a



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CCC, tendo em vista que há um lapso temporal de, no mínimo, dois meses entre a verificação dos custos e o efetivo recebimento do crédito. Em dezembro do corrente exercício foram celebrados três parcelamentos com a Petrobras (vide Nota 17) a fim de possibilitar à Companhia o devido adimplemento desta dívida. Vale ressaltar que do montante de R\$ 765.432 registrado, R\$ 44.816 refere-se aos Produtores Independentes, R\$ 253.998 à CIGÁS e R\$ 466.618 à Petrobras.

NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

33.1 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Total dos empréstimos e financiamentos	(2.164.419)	(1.187.783)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	62.606	84.656
Dívida líquida	(2.101.813)	(1.103.127)
(+) Patrimônio líquido	-	(2.565.192)
Total do capital	2.101.813	(3.668.319)
Índice de alavancagem financeira - %	100,00%	332,54%

33.2 CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, conforme segue:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31.12.2014		31.12.2013		01.01.2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis						
Clientes	514.837	514.837	425.960	425.960	386.972	386.972
Direitos de ressarcimento	5.482.569	5.482.569	10.195.291	10.195.291	6.348.222	6.348.222
	5.997.406	5.997.406	10.621.251	10.621.251	6.735.194	6.735.194
Mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	131.715	131.715	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	84.656	84.656	390.677	390.677
	131.715	131.715	84.656	84.656	390.677	390.677
Disponível para venda						
Ativo financeiro - concessões de serviço público	3.024.112	3.024.112	3.039.230	3.039.230	2.138.126	2.138.126
	3.024.112	3.024.112	3.039.230	3.039.230	2.138.126	2.138.126
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)						
Mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e financiamentos	2.164.419	2.164.419	1.187.783	1.187.783	1.029.343	1.029.343
Fornecedores	9.766.531	9.766.531	5.440.635	5.440.635	2.937.920	2.937.920
Arrendamento mercantil	1.326.660	1.326.660	1.393.826	1.393.826	1.454.373	1.454.373
Obrigações de ressarcimento	2.208.959	2.208.959	9.793.124	9.793.124	6.919.710	6.919.710

33.2.1 – Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – São classificadas como mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor.
- **Clientes** – São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.
- **Ativo Financeiro – Concessão** – São ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como disponíveis para venda.
- **Direito de Ressarcimento** – São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

33.2.2 – Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** – São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- **Empréstimos e Financiamentos** – O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de financiamento captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, ou com taxas pré-fixadas.
- **Arrendamento mercantil** – O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.
- **Obrigações de ressarcimento** – referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.
- **Obrigações estimadas** – referem-se às provisões para férias e gratificação de férias, assim como também aos valores de encargos sociais sobre estas obrigações.

33.3 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

33.3.1 - Risco de taxa de juros



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos e financiamentos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

33.3.2 - Risco de crédito

A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia está exposta ao risco de crédito no montante de R\$ 2.381.093, pois a realização deste saldo depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos da União Federal, controladora final da Companhia.

33.3.3 - Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2014

PASSIVOS FINANCEIROS

(Circulante/Não Circulante)

Mensurados ao custo amortizado

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Empréstimos e financiamentos	646.856	237.850	558.955
Fornecedores	2.439.763	1.933.134	2.304.544
Arrendamento mercantil	74.507	82.649	306.210
Obrigações de ressarcimento	-	2.208.958	-
Obrigações estimadas	58.707	-	-

31.12.2013

(Reapresentado)

PASSIVOS FINANCEIROS

Mensurados ao custo amortizado

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Empréstimos e financiamentos	472.434	220.652	352.148
Fornecedores	4.841.004	299.804	299.827
Arrendamento mercantil	67.165	74.507	276.039
Obrigações de ressarcimento	7.783.701	2.009.423	-
Obrigações estimadas	48.028	4.849	-

01.01.2013

(Reapresentado)

PASSIVOS FINANCEIROS

Mensurados ao custo amortizado

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Empréstimos e financiamentos	270.381	204.573	438.450
Fornecedores	2.937.920	-	-
Arrendamento mercantil	60.548	67.165	248.840
Obrigações de ressarcimento	5.328.423	1.591.287	-
Obrigações estimadas	40.130	-	-

Os fluxos não são descontados, exceto pela rubrica de Arrendamento Mercantil, a qual é descontada a valor presente, conforme nota 19.

33.4 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31.12.2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	131.715	-	-
Disponíveis para venda			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	3.024.112	-
	31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	48.628	36.028	-
Disponíveis para venda			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	-	3.039.230

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

33.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 34 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RESULTADO POR SEGMENTO		31.12.2014				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	2.924.381	691.792	680.526	4.296.699	
Fornecimento de energia elétrica	-	1.093.805	350.242	338.917	1.782.964	
Energia elétrica de curto prazo	-	1.769.706	-	-	1.769.706	
Receita de Construção	-	60.797	-	329.115	389.912	
Outras receitas operacionais	-	73	341.550	12.494	354.117	
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(238.351)	(372.527)	(75.785)	(686.663)	
(-) TRIBUTOS	-	(219.174)	(366.346)	(69.527)	(655.047)	
ICMS	-	(219.174)	(17.990)	(69.527)	(306.691)	
PIS / PASEP / COFINS	-	-	(348.356)	-	(348.356)	
(-) Encargos setoriais	-	(19.177)	(6.181)	(6.062)	(31.420)	
(-) Outros - Inclusive ISS	-	-	-	(196)	(196)	
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	2.686.030	319.265	604.741	3.610.036	
DESPESAS OPERACIONAIS						
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(282.810)	(107.692)	(251.950)	(642.452)	
Pessoal	-	(177.138)	(35.468)	(143.805)	(356.411)	
Material	-	(29.431)	(343)	(7.661)	(37.435)	
Serviços de terceiros	-	(76.241)	(71.881)	(100.484)	(248.606)	
Energia Comprada P/ Revenda	-	-	(1.336.890)	-	(1.336.890)	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	(53)	-	-	(53)	
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO	-	(60.797)	-	(329.115)	(389.912)	
DISTRIBUIÇÃO	-	(60.797)	-	(329.115)	(389.912)	
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C	-	(4.354.645)	-	-	(4.354.645)	
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida - C.C.C.	-	4.165.664	-	-	4.165.664	
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(7.197)	-	-	(7.197)	
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	-	(129.647)	(1.383)	(150.530)	(281.560)	
Depreciação	-	(72.801)	(939)	(5.616)	(79.356)	
Amortização	-	(56.846)	(444)	(144.914)	(202.204)	
Provisões operacionais	-	(16.673)	(25.368)	361.094	319.053	
Outras despesas operacionais	-	(333.797)	(57.193)	179.529	(211.461)	
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	(1.019.955)	(1.528.526)	(190.972)	(2.739.453)	
RESULTADO OPERACIONAL	-	1.666.075	(1.209.261)	413.769	870.583	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS						
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
Renda de aplicações financeiras	4.978	-	-	-	4.978	
Encargos de Dívidas	-	(96.447)	-	(136.100)	(232.547)	
Encargos - Leasing	-	(279.717)	-	-	(279.717)	
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	-	42.334	-	42.334	
Sobre Energia Vendida	-	-	42.334	-	42.334	
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-	-	
Variações monetárias líquidas	-	(341)	1.266	-	925	
Outras receitas financeiras	(4.581)	221.814	13.133	7.456	237.822	
Outras despesas financeiras	-	(911.797)	(55.181)	(25.259)	(992.237)	
RESULTADO FINANCEIRO	397	(1.066.488)	1.552	(153.903)	(1.218.442)	
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	397	599.587	(1.207.709)	259.866	(347.859)	
RESULTADO INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.125	-	-	-	5.125	
RESULTADO OPERACIONAL APÓS PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	5.522	599.587	(1.207.709)	259.866	(342.734)	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	5.522	599.587	(1.207.709)	259.866	(342.734)	



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RESULTADO POR SEGMENTO	31.12.2013 (Reapresentado)				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	1.700.760	987.533	562.487	3.250.780
Fornecimento de energia elétrica	-	1.137.447	750.046	127.199	2.014.692
Receita de Construção	-	563.181	-	425.395	988.576
Outras receitas operacionais	-	132	237.487	9.893	247.512
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	(245.157)	(266.416)	(27.723)	(539.296)
(-) TRIBUTOS	-	(233.225)	(253.635)	(26.029)	(512.889)
ICMS	-	(233.225)	(42.061)	(26.029)	(301.315)
PIS / PASEP / COFINS	-	-	(211.574)	-	(211.574)
(-) Encargos setoriais	-	(11.932)	(12.781)	(1.403)	(26.116)
(-) Outros - Inclusive TSS	-	-	-	(291)	(291)
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	1.455.603	721.117	534.764	2.711.484
DESPESAS OPERACIONAIS					
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	(321.871)	(103.514)	(239.349)	(664.734)
Pessoal	-	(209.069)	(37.412)	(129.609)	(376.090)
Material	-	(31.466)	(1.033)	(6.337)	(38.836)
Serviços de terceiros	-	(81.336)	(65.069)	(103.403)	(249.808)
Energia Comprada P/ Revenda	-	-	(406.444)	-	(406.444)
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO	-	(563.181)	-	(425.395)	(988.576)
DISTRIBUIÇÃO	-	(563.181)	-	(425.395)	(988.576)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C	-	(3.751.983)	-	-	(3.751.983)
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida - C.C.C.	-	3.611.563	-	-	3.611.563
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	(6.363)	-	-	(6.363)
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	-	(157.508)	(1.315)	(6.267)	(165.090)
Depreciação Imobilizado - Geração / Administração	-	(74.721)	(1.164)	(3.752)	(79.637)
Amortização Intangível - Geração / Administração	-	(548)	(151)	(2.515)	(3.214)
Amortização Intangível - Distribuição	-	(82.239)	-	-	(82.239)
Provisões operacionais	-	90.943	(195.560)	(3.142)	(107.759)
Outras despesas operacionais	(2)	(491.569)	(18.868)	72.156	(438.283)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(2)	(1.589.969)	(725.701)	(601.997)	(2.917.669)
RESULTADO OPERACIONAL	(2)	(134.366)	(4.584)	(67.233)	(206.185)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
ADMINISTRAÇÃO					
Renda de aplicações financeiras	5.619	-	-	-	5.619
Encargos de Dívidas	-	(69.445)	-	(25.830)	(95.275)
Encargos - Leasing	-	(269.033)	-	-	(269.033)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	1.074	65.145	-	66.219
Sobre Energia Vendida	-	1.074	65.145	-	66.219
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas	-	53	1.255	-	1.308
Outras receitas / despesas financeiras	(5.619)	(257.614)	(85.417)	(18.302)	(366.952)
RESULTADO FINANCEIRO	-	(594.965)	(19.017)	(44.132)	(658.114)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/13	(2)	(729.331)	(23.601)	(111.365)	(864.299)
Ganho (perda) - Lei 12.783/13	-	188.894	-	(689.092)	(500.198)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/13	(2)	(540.437)	(23.601)	(800.457)	(1.364.497)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	(540.437)	(23.601)	(800.457)	(1.364.497)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 35 – COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Seguradora	DESCRIÇÃO RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Mapfre	Engenharia	12/08/2014 a 12/08/2015	576.070	2.789
Tokio Marine	Engenharia	27/08/2014 a 27/08/2015	103.429	216
Generali Brasil Seguros S/A	Vida	31/10/2014 a 31/12/2015	2.121 vidas	1.727

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

NOTA 36 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração nos exercícios de 2014 e 2013 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	(617)	(476)
Encargos Sociais	(207)	(179)
Benefícios	(69)	(46)
Outros	(147)	(158)
Total	(1.040)	(859)

NOTA 37 – BENEFÍCIO PÓS – EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar – PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD - Contribuição Definida.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2014, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 5.489 (2013 - R\$5.257).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DADOS POPULACIONAIS	31.12.2014	31.12.2013
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	34	40
1.2. Idade Média	54,81	54,0
1.3 Salário Médio em R\$	9.636,78	10.612,96
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	18	13
2.2. Idade Média	64,91	65,0
2.3. Benefício Médio em R\$	2.462,71	2.208,00
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	6	8
3.2. Benefício Médio em R\$	963,79	683,12
População Total	58	61

37.1 Efeitos do Plano BD

37.1.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	31.12.2014	31.12.2013
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	12,25%	12,07%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,18%	6,43%
Projeção de aumento médio dos salários	7,83%	7,41%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,30%
Taxa média de inflação anual	5,72%	5,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,25%	12,07%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 BASIC F	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES 2 anos	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R\$ 3.851 (2013 - R\$ 1.301).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

37.1.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios está apresentada a seguir:

a) Conciliação dos passivos dos planos de benefícios definidos

Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
	Plano BD	Plano BD
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	28.005	24.809
Valor justo dos ativos do plano (-)	(27.557)	(23.447)
Passivo(Ativo) Líquido	448	1.362
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	448	1.362
Custo do serviço corrente	310	497
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	104	994
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	414	1.491

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:

Descrição	Plano BD	
	31.12.2014	31.12.2013
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	24.810	33.152
Custo do serviço corrente líquido	693	861
Custos dos juros	2.969	2.848
Benefícios pagos	(655)	(396)
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	188	(11.575)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	494	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	824	(11.615)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(1.130)	40
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	28.005	24.890
Alterações nos ativos financeiros		
Valor justo dos ativos no início do exercício	23.447	21.590
Receita de juros	2.865	1.854
Contribuições Patronais	530	588
Contribuições de participantes do plano	384	364
Benefícios pagos / adiantados	(655)	(396)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	986	(553)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	986	(553)
Valor justo dos ativos no fim do exercício	27.577	23.447

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Categoria de Ativo	31.12.2013	31.12.2013
Disponível	3	3
Realizável previdenciário	707	-
Investimentos em títulos públicos	9.381	8.593
Créditos de Depósitos Privados	5.678	6.861
Fundos de Investimentos	9.574	3.895
Investimentos em Renda Variável	1.560	3.169
Investimentos imobiliários	656	661
Empréstimos e financiamentos	588	837
Outros	(6)	-
(-) Exigível Operacional	(40)	(38)
(-) Exigível Contingencial	-	(1)
(-) Fundo de investimento	-	(49)
(-) Fundo Administrativo	(545)	(484)
Total dos ativos garantidos	27.556	23.447

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

37.1.3 Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes – ORA acumulados	31.12.2014	31.12.2013
Programa Previdenciário	1.598	2.396

Plano BD	
Descrição	31.12.2014
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(494)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(824)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	1.130
Retorno sobre ativos do plano	986
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	798

Plano BD	
Descrição	31.12.2013
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício	
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	11.615
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	40
Retorno sobre ativos do plano	(553)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	11.102



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

37.1.4 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 406 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 12,33 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Programa Previdenciário	1.256	1.489	5.445	60.705	68.895

37.1.5 Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 88 (aumento de R\$ 847).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 442 (redução de R\$ 382).

NOTA 38 – PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2014			31.12.2013		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Poder Público Federal	Consumidores e revendedores	9.761	-	43.716	8.143	-	45.151
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	-	2.164.419	(232.547)	-	1.187.783	(95.275)
Eletrobras	Provisão - PIE's - EL PASO	-	335.516	-	-	-	-
Eletrobras	Provisão - Demais PIE's	-	84.339	-	-	-	-
Eletronorte	Cessão de funcionários	-	936	-	-	243	-
Eletronorte	Participação societária	10.996	-	-	5.872	-	-
Eletronorte	Reembolso UTE Electron	-	31.352	-	-	23.667	-
Amazonas Energia G&T	Participação societária	10	-	-	10	-	-
Ceron	Aquisição de grupos geradores	-	1.387	-	-	1.387	-
Ceron	Cessão de funcionários	-	346	-	-	-	-
Ceron	Lêilão a devolver	-	15	-	-	-	-
Boa Vista Energia	Cessão de funcionários	-	1.288	-	-	-	-
Boa Vista Energia	Lêilão a devolver	-	5	-	-	-	-
Eletroacre	Energia comprada	-	2.258	(2.085)	-	-	(1.493)
Eletroacre	Lêilão a devolver	-	4	-	-	-	-
Total		20.767	2.621.865	(190.916)	14.025	1.213.080	(51.617)

b) Remuneração do Pessoal – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração nos exercícios de 2014 e 2013 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2014	31.12.2013
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	(617)	(476)
Encargos Sociais	(207)	(179)
Benefícios	(69)	(46)
Outros	(147)	(158)
Total	(1.040)	(859)

NOTA 39 – DESVERTICALIZAÇÃO DA AMAZONAS ENERGIA

O processo de desverticalização na Amazonas Energia obedece ao que estabelece o artigo 20 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, complementado posteriormente pela Lei nº 12.111/2009.

Desde o dia 09 de julho de 2013 a Companhia está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em caráter experimental de testes. Enquanto perdurar essa fase o mesmo permanece sob a égide das regras dos Sistemas Isolados, conforme estabelece a Portaria MME nº 258 de 06/08/2013. Cumpre ressaltar que somente após a interligação comercial,



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ao SIN, a Amazonas Energia passará então a estar efetivamente submetida à restrição imposta pelo artigo 4º, § 2º da Lei nº 12.111/2009, que determina que as pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica que se interligarem ao SIN deverão adaptar-se à Lei nº 9.074/1995 no prazo de até 18 meses a contar da data de interligação.

Tendo em vista tal circunstância, o Conselho de Administração da Eletrobras considerou prudente que o processo de desverticalização da Amazonas Energia fosse realizado e concluído anteriormente à sua interligação ao SIN, antecipando-se às exigências legais acima mencionadas.

Nesse sentido foi estruturado o projeto de desverticalização da Companhia, a partir do processo de reorganização societária de suas operações, o qual consiste em duas etapas principais, quais sejam:

1. A primeira etapa do processo (concluído) trata-se da constituição de uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras (com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – AmGT), em caráter pré-operacional (ainda sem operações e fluxos de receita/despesa), com personalidade jurídica formal e estrutura funcional mínima, com o objetivo principal de viabilizar a assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia – CCVE, entre as empresas Distribuidora e Geradora e Transmissora (a serem homologados pela ANEEL), além de preparar as bases estruturais da nova empresa (AmGT) para fase operacional, permitindo o funcionamento das atividades empresariais do negócio de geração e transmissão de energia (G&T).
2. A segunda etapa do processo de desverticalização trata-se da realização da operação de reorganização societária completa, que consiste na efetivação da transferência das atividades de Geração e Transmissão de Energia (acervo líquido, pessoas, processos e etc. – atualmente sob concessão da Distribuidora em Manaus) para a AmGT. Com a conclusão desta etapa, que finaliza a partir da realização da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a AmGT transforma-se numa subsidiária integral da Eletrobras Holding e finalmente poderá iniciar sua fase operacional, atuando formalmente no negócio G&T.

Assim, com o objetivo de iniciar a formalização do processo de desverticalização nas instancias superiores e órgãos de controle externo, em 18/01/2013 foi protocolada na ANEEL a CTA-PR nº 011/2013, encaminhando toda a documentação referente à solicitação de anuência para o processo de desverticalização, modelagem drop down com a criação de uma nova empresa;

Em 01/08/2013 foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução Autorizativa nº 4.244, a qual anui à desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., mediante versões dos ativos e passivos das atividades de geração e transmissão para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., assim como as transferências de outorgas decorrentes;

Em 16/09/2014 a ANEEL emitiu nova Resolução Autorizativa nº 4.838, que altera o texto dos art. 3º e 8º da Resolução Autorizativa nº 4.244, de 16 de julho de 2013 e homologa



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs) entre a AmD e AmGT. Estabeleceu novo prazo de até 120 dias para a conclusão do projeto de desverticalização.

Em 27/11/2014 a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.950 de 27/11/2014, que autoriza a empresa Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. a explorar, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, a Usina Termelétrica Mauá 3, localizada no município de Manaus, no Estado do Amazonas;

Em 28/11/2014 a AmE, concorrendo com a nova Usina Termelétrica Mauá 3 (UTE Mauá 3, em construção), venceu o leilão de compra e venda de energia elétrica A-5, com o preço de R\$ 203,50 por MWh, garantindo assim, a receita anual de R\$ 760 milhões dos Contratos de Compra de Energia no Ambiente Regulado (CCAR). O leilão ocorreu na CCEE, em São Paulo.

Em 12/01/2015 a Companhia protocolou na ANEEL a CTA PR nº 004/2015 de 09/01/2015, solicitando dilação de prazo de implementação do processo de desverticalização.

Paralelamente aos planos e a toda documentação necessária para a efetivação da desverticalização da Companhia, está sendo continuo às demais providências internas para a estruturação da nova empresa AmGT, no que pese o seu funcionamento efetivo tais como: separação dos contratos atuais, infraestrutura básica, estrutura funcional, quadro de pessoal, processos e etc. A Companhia está trabalhando na formatação final para a efetivação da operação de reorganização societária, a qual ainda deverá ser apresentada previamente ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) antes da Assembleia Geral Extraordinária – AGE.

Avançando no processo atualmente a Companhia está na segunda etapa do projeto, a qual trata-se da efetivação da operação de reorganização societária, utilizando a modelagem de drop down de ativos com emissão de debêntures conversíveis e permutáveis, ou seja a transferência das atividades de Geração e Transmissão (acervo líquido, pessoas, processos e etc), para a AmGT.

A Companhia iniciou as tratativas para a elaboração do laudo de avaliação que demonstrará o acervo líquido de Geração e Transmissão que será transferido para a AmGT. Ou seja, após a emissão do laudo de avaliação final, elaborado por peritos independentes, a Companhia poderá executar a operação de reestruturação societária completa (drop down com emissão de debêntures conversíveis e permutáveis) seguir com as aprovações internas, submeter ao DEST e marcar a data da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, transferindo em definitivo o controle da AmGT para a Eletrobras Holding.

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Celebração de termos aditivos à repactuação de dívidas das empresas de distribuição de energia

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou, em 17 de março de 2015, a celebração de termos aditivos à repactuação de dívidas das empresas de distribuição



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Amazonas Energia Distribuidora de Energia S.A ("Amazonas Energia"), Companhia de Eletricidade do Acre ("Eletroacre"), Centrais Elétricas de Rondônia S.A ("Ceron") e Boa Vista Energia S.A ("Boa Vista") perante a Petrobras Distribuidora S.A ("BR Distribuidora") e Petróleo Brasileiro S.A ("Petrobras"), referente ao fornecimento de combustível, no montante de cerca de R\$ 8,6 bilhões, data base de 05 de dezembro de 2014, com objetivo de alterar a estrutura de garantias estabelecidas nos referidos instrumentos.

Isto porque, as empresas de distribuição acima referidas tiveram seus créditos decorrentes do reembolso de custos de combustíveis relacionados ao atendimento do serviço público de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, devidamente reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"), no montante total aproximado de R\$ 6,1 bilhões, até a presente data, que serão oferecidos diretamente em garantia para a Petrobras e para a BR Distribuidora, em substituição à garantia que seria prestada pela União no primeiro momento considerando que, conforme comunicado ao mercado de 12 de dezembro de 2014, parte dos referidos créditos ainda dependiam na ocasião de homologação da Aneel.

Importante destacar que a parcela remanescente conta com garantia corporativa da Eletrobras que vigorará até a conclusão do processo de homologação de outros créditos de CDE, em curso na Aneel.

Os referidos créditos serão pagos pelo Fundo Setorial CDE às empresas de distribuição da Eletrobras, mediante Termos de Confissão e Repactuação de Dívida da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ("Termos de Repactuação CDE"), a serem celebrados em conformidade com o parágrafo quarto do artigo 36 do Decreto 4.541/2002, com a nova redação dada pelo Decreto 8.370/2014, e com a Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda nº 652/2014.

Como consequência, os Termos de Repactuação CDE a serem celebrados serão totalmente cedidos em garantia das respectivas dívidas de fornecimento de combustível repactuadas em dezembro de 2014, pelas empresas distribuidoras da Eletrobras à Petrobras e à BR Distribuidora.

As dívidas acima referidas com a Petrobras e BR Distribuidora já foram integralmente reconhecidas nas Demonstrações Financeiras das citadas distribuidoras, ficando mantidas as condições financeiras de pagamento em 120 parcelas mensais e sucessivas, cujo saldo devedor será corrigido pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic").



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Manaus – AM, 26 de março de 2015

RADYR GOMES DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

**PAULO ROBERTO DOS SANTOS
SILVEIRA**

Diretor Financeiro

LUÍS HIROSHI SAKAMOTO

Diretor de Gestão

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

RODRIGO MOREIRA
Diretor de Operação

**MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA
NOGUEIRA**
Diretor de Planejamento e Expansão

NELISSON SÉRGIO HOEWELL
Diretor de Regulação e Projetos
Especiais

RAIMUNDO NONATO NUNES DO NASCIMENTO

Contador – CRC – RO 2238/O-1-S-AM